

Município de S. João da Madeira 2013
Relatório de Gestão



Índice

Introdução	3
Execução do orçamento	5
Análise global	5
Equilíbrio orçamental	6
Fluxos financeiros	6
Análise da receita	7
Execução da receita	7
Modificações orçamentais da receita	8
Evolução da receita	9
Evolução dos impostos diretos	11
Evolução das transferências obtidas	12
Evolução da receita de capital	13
Análise da despesa	14
Execução da despesa	14
Evolução da despesa	14
Evolução da despesa com pessoal	16
Evolução do investimento	18
Fontes do investimento	19
Evolução das transferências correntes e de capital	19
Análise da estrutura do plano plurianual de investimentos	21
Análise da situação económica e financeira	22
Análise do balanço	22
Análise da demonstração de resultados	23
Análise da dívida	24
Evolução da dívida bancária	25
Endividamento municipal	25
Prazo médio de pagamentos	26
Compromissos e pagamentos em atraso	27
Proposta de aplicação de resultados	27
Relatório consolidado	28
Análise ao balanço consolidada	29
Análise da demonstração de resultados consolidada	30
Análise dos fluxos financeiros consolidados	30
Anexos às demonstrações financeiras	31



Introdução

O relatório de gestão de 2013 foi elaborado em observância do disposto no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e faz parte integrante dos documentos de prestação de contas a remeter ao Tribunal de Contas, nos termos das Resoluções nºs 4/2001 e 26/2103- 2ª Secção do TC.

No relatório são apresentados e analisados os resultados da execução do orçamento e das grandes opções do plano, nomeadamente do Plano Plurianual de Investimentos e disponibilizada informação sobre o equilíbrio orçamental, as fontes de financiamento, as áreas do investimento e ainda a proposta de integração no orçamento de 2014 do saldo de disponibilidades orçamentais, apurado no fim do exercício de 2013.

No âmbito patrimonial destacam-se os dados relativos às demonstrações financeiras, à evolução do endividamento de curto, médio e longo prazo e à proposta fundamentada de aplicação do resultado líquido do exercício.

Compreende ainda os dados relativos às contas consolidadas do perímetro do Município de S. João da Madeira, através de uma análise da evolução dos balanços e das demonstrações de resultados dos últimos quatro anos, decorrente da aplicação do estabelecido no nº 1 do artigo 46º da Lei das Finanças Locais (LFL).

Para evidenciar os dados produzidos em cada capítulo do relatório de gestão foram elaborados quadros e gráficos contemplando as variações das execuções dos anos anteriores.

3

Fazem parte de um documento autónomo, os mapas de prestação de contas elaborados à luz do disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Este relatório merece uma menção especial ao enquadramento dos municípios no atual contexto económico e financeiro nacional, face às medidas de consolidação orçamental, ao processo de redução do défice e controlo da dívida pública, concretizadas no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), assinado pelo Estado Português.

A Lei do Orçamento de Estado para 2013 veio reforçar o efetivo cumprimento das metas do PAEF, prosseguindo com a política de restrições aos municípios.

As receitas municipais provenientes do Orçamento de Estado (OE) continuaram a diminuir, sendo que o peso destas em relação aos impostos de referência (IRS+IRC+IVA), desde 2005 tem sido cada vez menor, levando a que as receitas de 2013 fossem iguais às de 2005.

É de salientar que a Administração Local é o subsetor público administrativo menos endividado, não contribuindo para o deficit público. Os municípios estão, nos últimos anos, entre as entidades públicas que proporcionalmente mais têm contribuído para o esforço da consolidação orçamental do país.



Para assegurar uma variação global nula do endividamento líquido municipal no seu conjunto, manteve-se a imposição do endividamento líquido nulo para cada município.

A celebração de novos contratos de empréstimos de MLP foi limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2012, proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, podendo excecionar-se desta regra os empréstimos destinados ao financiamento de investimentos apoiados pelo QREN ou programas de reabilitação urbana.

O Orçamento de Estado (OE) de 2013 manteve a exigência da redução dos pagamentos em atraso (PA) com mais de 90 dias, posteriormente à data do vencimento, registados no sistema integrado de informação da administração local (SIIAL), em setembro de 2012. O Município de S. João da Madeira, no fim do primeiro semestre de 2012 já havia superado inteiramente os objetivos requeridos no OE 2012, deixando de ter pagamentos em atraso.

O artigo 96º da LOE 2013 impôs aos municípios que tiveram aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, a utilizá-lo na redução do endividamento de médio e longo prazo ou a realizar uma aplicação financeira obrigatoriamente junto da Agência da Gestão da Tesouraria Pública da Dívida Pública.

Para os efeitos do supra citado artigo e em resultado do apuramento comunicado pela Autoridade Tributária e Aduaneira, não foram aplicadas ao Município de S. João da Madeira as obrigações decorrentes da aplicação do artigo 96º da LOE 2013, uma vez que não se verificou uma variação positiva da receita do IMI.

A título elucidativo refira-se que entre 2007 e 2011 os municípios depararam-se com a diminuição violenta das receitas de impostos diretos, que são receitas municipais. O imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT) desceu de 885 para 466 milhões de euros, reduzindo 47% e a Derrama diminuiu 19%, decrescendo de 307 para 250 milhões de euros.

4

Tendo em vista o cumprimento do PAEF foi mantida na LOE 2013 a obrigatoriedade da redução mínima de 2% dos trabalhadores das autarquias locais, relativamente aos existentes a 31 de dezembro de 2012.

O novo regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais (RFALEI), publicado em 3 de setembro de 2013, veio revogar a Lei das Finanças Locais, de 15 de janeiro de 2007.

As principais mudanças no regime financeiro das autarquias locais, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2014, comparadas com o regime anterior prendem-se, fundamentalmente, com as regras orçamentais, o endividamento municipal (articulação com o Regime da Atividade Empresarial Local e Participações Locais e com o Regime do Setor Público Empresarial, em especial, no que respeita aos limites de endividamento municipal), os mecanismos de alerta precoce e de recuperação financeira municipal, a prestação de contas e auditoria, em especial ao nível da consolidação e da certificação legal de contas. Por outro lado, são retiradas importantes receitas aos municípios, uma vez que é eliminada, a partir de 2016, a receita proveniente da cobrança do IMT e a receita do IMI sobre prédios rústicos é destinada na totalidade às freguesias bem como 1% da receita do IMI sobre prédios urbano.

Apesar da conjuntura económica desfavorável e do agravamento da crise financeira, o Município de S. João da Madeira continua a apresentar resultados e contas equilibradas, bem demonstrado, nomeadamente, pela diminuição da dívida total em valor superior a 1 milhão de euros.



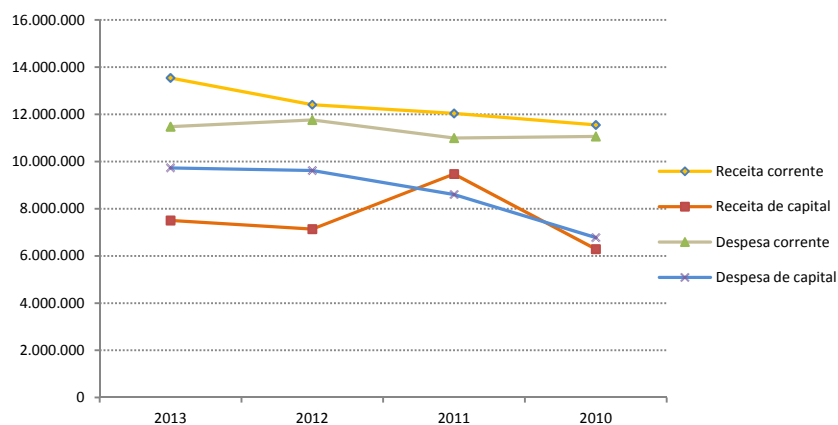
Execução do orçamento

Análise global

Evolução da execução orçamental

Execução orçamental	2013	2012	2011	2010	Variação 2012/ 2013	Variação 2011/ 2012	Variação 2010/ 2011
	€						
Receita corrente	13.542.762	12.409.073	12.041.692	11.550.909	9,14%	3,05%	4,25%
Receita de capital	7.502.748	7.134.355	9.471.654	6.289.021	5,16%	-24,68%	50,61%
Saldo da gerência incorporado	161.587	1.997.180	82.999	-----	-91,91%	2.306,27%	-----
Total	21.207.097	21.540.608	21.596.345	17.839.931	-1,55%	-0,26%	21,06%
Despesa corrente	11.475.149	11.762.113	10.995.011	11.064.014	-2,44%	6,98%	-0,62%
Despesa de capital	9.731.548	9.616.908	8.604.154	6.774.664	1,19%	11,77%	27,00%
Total	21.206.697	21.379.021	19.599.165	17.838.678	-0,81%	9,08%	9,87%

Evolução da execução orçamental



Os quadros que retratam a evolução da execução orçamental no último quadriénio, merecem as seguintes observações:

O período em análise registou uma execução total média na receita e na despesa de cerca de 20 milhões de euros;

A receita corrente teve uma evolução positiva ao longo dos últimos anos, registando um crescimento até 2013 de 1,99 milhões de euros;

A receita de capital decresceu em 2012 relativamente a 2011 e em 2013 recuperou 368 mil euros face ao ano anterior, sendo que, no cômputo geral, a evolução foi positiva (mais 1,2M€);

Em 2013 a despesa total paga acomodou-se à receita global arrecadada.

No ano de 2012 a despesa corrente teve a variação mais significativa, verificando-se um aumento de 767 mil euros, face ao registado no exercício anterior.

O aumento da despesa de capital ao longo do quadriénio representou quase 3 milhões de euros, pese embora ter sido pouco significativo o aumento de 115 mil euros em 2013.



Equilíbrio Orçamental

Poupança corrente

Receita e despesa/ Poupança corrente	2013	2012	2011	2010	Variação 2012-2013	Variação 2011-2012	Variação 2010-2011
	€						
Receita corrente executada	13.542.762	12.409.073	12.041.692	11.550.909	9,14%	3,05%	4,25%
Despesa corrente executada	11.475.149	11.762.113	10.995.011	11.064.014	-2,44%	6,98%	-0,62%
Poupança corrente	2.067.613	646.959	1.046.681	486.895	219,59%	-38,19%	114,97%

O princípio do equilíbrio orçamental exige que o orçamento preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas e que as receitas correntes sejam pelo menos iguais às despesas correntes.

O quadro anterior deixa claro que, ao longo dos quatro anos em análise, tem sido cumprido o princípio do equilíbrio orçamental, o que permitiu a libertação de fundos para aplicar em investimento.

Decorre, também, da leitura do quadro anterior que em 2013 a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, a que se chama poupança corrente, foi a mais expressiva dos últimos anos.

Fluxos financeiros

Movimentos financeiros-orçamentais e de operações de tesouraria (OT)

Recebimentos			Pagamentos		
€					
Saldo transitado de 2012		1.354.560	Despesa paga		22.800.099
Orçamental	161.587		Orçamental	21.206.697	
OT	1.192.973		OT	1.593.402	
Receita arrecadada		22.452.132	Saldo a transitar para 2014		1.006.593
Orçamental	21.045.510		Orçamental	400	
OT	1.406.622		OT	1.006.193	

6

O quadro dos fluxos financeiros sintetiza os movimentos financeiros associados a todos os recebimentos e pagamentos, ocorridos na gerência de 2013, referentes à execução orçamental e às operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência de 2012 e os saldos a transitar para a gerência de 2014.

O valor global de entrada de fundos atingiu os 22,4 milhões de euros, excepcionado dos saldos transitados da gerência anterior, sendo que 21 milhões de euros representaram receita orçamental e 1,4 milhões disseram respeito a cobranças destinadas a outras entidades.

Os pagamentos efetuados ascenderam a 22,8 milhões de euros, dos quais 21,2 milhões de euros reportam-se a despesa orçamental e 1,6 milhões de euros a pagamentos de operações de tesouraria.

Os saldos finais da gerência de 2013 totalizaram 1.006.593 euros, dos quais 400 euros respeitaram à execução orçamental e 1.006.193 euros a operações de tesouraria.



Análise da receita

Execução da receita

Receita orçada e executada

Receita orçamentada e cobrada	Previsão inicial	Previsão final	Executado	Taxa de execução inicial	Taxa de execução final
	€				
Impostos diretos	4.489.257	4.489.257	5.026.809	111,97%	111,97%
Impostos indiretos	99.960	99.960	128.391	128,44%	128,44%
Taxas, multas e outras penalidades	141.004	141.004	50.656	35,93%	35,93%
Rendimentos de propriedade	1.585.944	1.585.944	1.139.685	71,86%	71,86%
Transferências correntes	4.718.502	5.037.108	5.134.217	108,81%	101,93%
Venda de bens e serviços	1.953.363	1.953.363	1.942.782	99,46%	99,46%
Outras receitas correntes	85.002	85.002	120.222	141,43%	141,43%
Total da receita corrente	13.073.032	13.391.638	13.542.762	103,59%	101,13%
Venda de bens de investimento	912.998	912.998	91.808	10,06%	10,06%
Transferências de capital	14.417.316	15.182.893	7.371.624	51,13%	48,55%
Ativos financeiros	10.000	10.000	147	1,47%	1,47%
Outras receitas de capital	10.001	10.001	39.169	391,65%	391,65%
Total da receita de capital	15.350.315	16.115.892	7.502.748	48,88%	46,55%
Saldo da gerência incorporado		161.587	161.587		100,00%
Total geral	28.423.347	29.669.117	21.207.097	74,61%	71,48%

A receita executada atingiu 75%, relativamente à previsão inicial, tendo-se fixado em 72% no que se refere ao orçamento final.

A receita corrente representou 64% da receita global e superou a receita de capital em 5,9 milhões de euros, considerando neste valor o saldo orçamental incorporado na gerência de 2013, destinado a investimento. É de salientar a taxa de execução da receita corrente que ultrapassou os 100%.

A taxa de execução da receita corrente ultrapassou 101%, sendo relevantes os níveis de cobrança das rubricas de impostos diretos e de transferências correntes.

No contexto dos impostos diretos, as receitas provenientes do Imposto Único de Circulação (IUC), do Imposto Municipal sobre Transações (IMT) e da Derrama superaram as respetivas previsões, no entanto a taxa de execução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) ficou aquém do orçamentado (-1,3%).

O montante arrecadado em impostos indiretos foi superior às previsões em 28 mil euros, fundamentalmente, em resultado da cobrança de taxas de urbanização não espectáveis.

O protocolo de cooperação financeira, celebrado com a Área Metropolitana do Porto, no âmbito do “Programa Metropolitano de Emergência Social”, as transferências DREN-Direção Regional da Educação do Norte, relativas a obrigações de anos anteriores, no âmbito de acordos de cooperação e o reforço do FEF-Fundo de Equilíbrio Financeiro, justificaram a execução de 102% em transferências correntes.

A receita de capital representou 36% da receita total, tendo em conta a inclusão do saldo da gerência anterior. A taxa de execução desta receita ficou aquém do esperado (47%), relativamente ao valor previsto no fim do exercício.



As transferências de capital, originárias do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), registaram uma execução inferior a 50%, relativamente às previsões, justificada pela necessidade de reprogramação de alguns dos projetos financiados e pelo atraso no reembolso de pedidos de pagamento, o que contribuiu, sobremaneira, para o desvio negativo de 8,6 milhões de euros na receita de capital.

Outras receitas de capital é uma rubrica de natureza residual que abarca receitas não tipificadas. No exercício foi usada, maioritariamente, para acolher os reembolsos decorrentes de prejuízos causados ao Município por violação de obrigações contratuais.

Modificações orçamentais da receita

Alterações e revisões orçamentais da receita

Rubricas	Valor
	€
Receitas correntes	13.073.032
Receitas de capital	15.350.315
Orçamento inicial	28.423.347
Saldo da gerência incorporado	161.587
Projetos co- financiados/PRN-ON2-corrente	318.606
Projetos co- financiados/PRN-ON2-capital	765.577
Aumento de dotação	1.245.770
Receitas correntes	13.391.638
Receitas de capital	16.115.892
Orçamento final	29.669.117

Analisado o quadro supra verifica-se que o reforço de 1,246 milhões de euros no orçamento inicial resultou da combinação dos aumentos ocorridos nas receitas correntes e nas receitas de capital e na incorporação do saldo da gerência anterior.

O Programa de Dinamização do Cluster do Calçado-INOVSHOECLUSTER, abrangido pela candidatura designada “Sanjonet-Rede de Inovação e Competitividade”, foi objeto de reprogramação, aprovada pelo ON2 e o financiamento de 318.605,76 euros, associado a despesa imaterial, foi inscrito no orçamento em 2013.

O aumento da taxa de comparticipação no investimento elegível do projeto de investimento de “Construção da Nova Escola Básica”, gerou um aumento de FEDER de 765.577,00 euros, refletido nas transferências de capital-participação comunitária em projetos co-financiados-PRN-ON2.

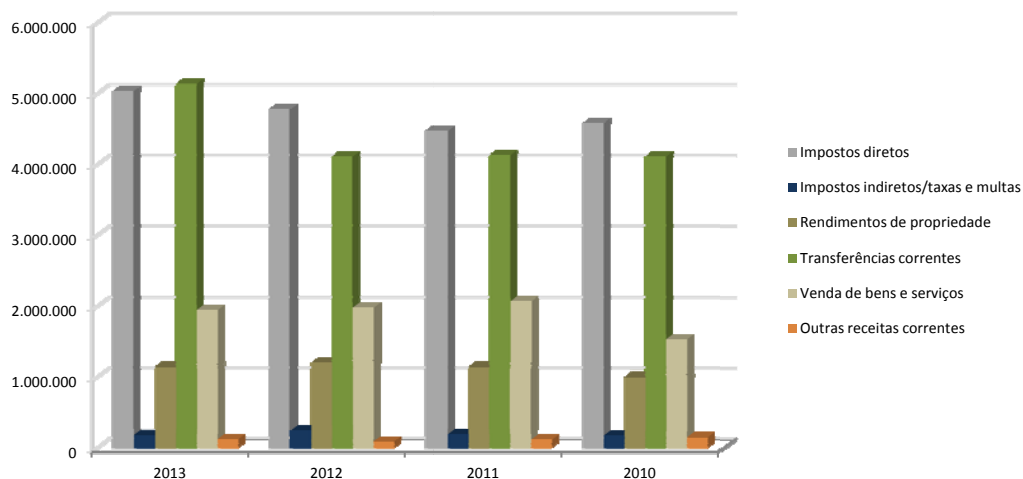


Evolução da receita

Receita executada

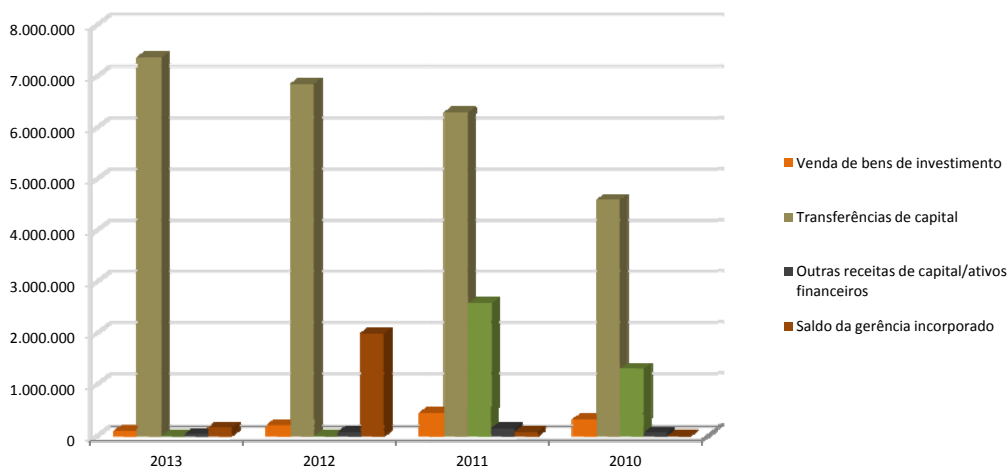
Designação	2013	2012	2011	2010	Variação 2012/2013	Variação 2011/2012	Variação 2010/2011
	€						
Impostos diretos	5.026.809	4.775.123	4.467.545	4.580.635	5,27%	6,88%	-2,47%
Impostos indiretos	128.391	154.242	74.399	149.244	-16,76%	107,32%	-50,15%
Taxas, multas e outras penalidades	50.656	110.294	58.103	41.426	-54,07%	89,82%	40,26%
Rendimentos de propriedade	1.139.685	1.196.792	1.138.445	994.205	-4,77%	5,13%	14,51%
Transferências correntes	5.134.217	4.110.542	4.124.909	4.109.691	24,90%	-0,35%	0,37%
Venda de bens e serviços	1.942.782	1.973.815	2.065.859	1.530.050	-1,57%	-4,46%	35,02%
Outras receitas correntes	120.222	88.265	112.430	145.658	36,21%	-21,49%	-22,81%
Total da Receita Corrente	13.542.762	12.409.073	12.041.692	11.550.909	9,14%	3,05%	4,25%
Venda de bens de investimento	91.808	208.836	442.741	326.920	-56,04%	-52,83%	35,43%
Transferências de capital	7.371.624	6.854.201	6.294.168	4.594.346	7,55%	8,90%	37,00%
Ativos financeiros	147	10.341	54.676	29.283	0,00%	-81,09%	86,71%
Passivos financeiros	0	0	2.583.263	1.306.172	0,00%	-100,00%	97,77%
Outras receitas de capital	39.169	60.979	96.806	32.300	-35,77%	-37,01%	199,71%
Total da receita de capital	7.502.748	7.134.355	9.471.654	6.289.021	5,16%	-24,68%	50,61%
Saldo da gerência incorporado	161.587	1.997.180	82.999	0	-91,91%	2306,27%	0,00%
Total geral	21.207.097	21.540.608	21.596.345	17.839.931	-1,55%	-0,26%	21,06%

Evolução da receita corrente





Evolução da receita capital



Os quadros anteriores permitem analisar a evolução das receitas cobradas no período compreendido entre 2010 e 2013. A receita total bruta ascendeu em 2013 a 21,2 milhões de euros, representando um acréscimo de 19% (+3.367.167€) face a 2010.

Nas últimas três gerências a receita total registou execuções muito aproximadas, pese embora a evolução ter sido negativa nos anos de 2012 e de 2013 (-55.737€ e -333.511€), excecionando a variação positiva 2010/2011 (+3.756.414€).

Na receita corrente ressalta o incremento de 9,14% em 2013 (1.133.690€), face a 2012. Se a receita corrente cobrada em 2010 for comparada com a receita da mesma natureza, executada em 2013, a variação atinge os 17% (1.991.853€).

O crescimento efetivo da receita corrente em 2013, relativamente ao ano anterior, resulta da conjugação dos aumentos ocorridos nas rubricas dos impostos diretos, das transferências e de outras receitas (1.307.318€) com as diminuições verificadas nos restantes agregados da receita corrente (-173.628€).

As transferências correntes aumentaram 1 milhão de euros, face a 2012, sobretudo pelos incrementos verificados no FEF (581.340,00€) e nos financiamentos dos PRN-ON2 (455.016€).

Na estrutura da receita, a receita corrente tem-se constituído, ao longo dos anos últimos anos, uma das principais fontes de financiamento do Município.

Quanto à receita proveniente da venda de bens e serviços a diminuição (-31.032€) resultou da combinação de decréscimos de cobrança de diversas rubricas de venda de serviços específicos da autarquia, designadamente mercados, resíduos sólidos, serviços desportivos e parcómetros, com os aumentos ocorridos nos fornecimento de refeições escolares, rendas de edifícios e serviços de cemitérios.

A receita de capital cresceu em 2013 5% (368.393€) face ao mesmo período de 2012. Este aumento deve-se, sobretudo, ao incremento (517.424€) nas transferências de capital e à diminuição (117.018€) da venda de bens de investimento.

A receita de capital evoluiu de forma variável ao longo dos últimos anos, estando patente a variação positiva de 2010/2011 de 3,2 milhões de euros (51%) e o decréscimo de 2,3 milhões de euros (-25%) 2011/2012. Se for comparada a receita de capital cobrada em 2013 com a executada em 2010, a variação positiva correspondeu a 1,2 milhões de euros.

Para estas flutuações contribuíram, essencialmente, as rubricas de passivos financeiros e de participação comunitária em projetos.

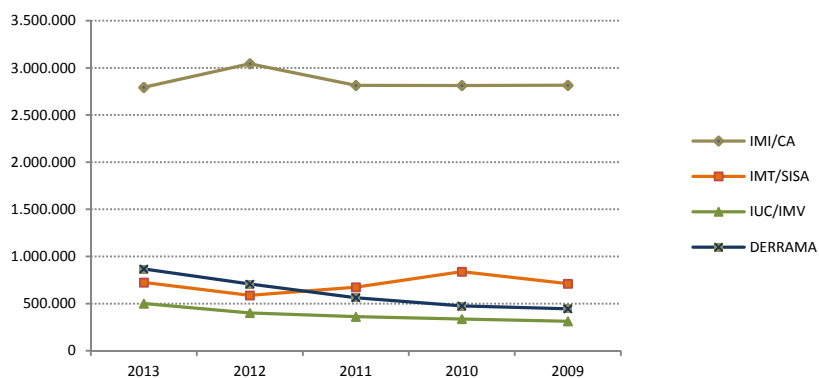


Evolução dos impostos diretos

Impostos diretos recebidos

Impostos Diretos	2013	2012	Variação 2012/13	2011	Variação 2011/12	2010	Variação 2010/11	2009	Variação 2009/10
	€	€		€		€			
IMI/CA	2.793.296	3.043.632	-8,22%	2.814.302	8,15%	2.813.126	0,04%	2.815.489	-0,08%
IMT/SISA	724.474	587.745	23,26%	673.717	-12,76%	838.325	-19,64%	711.145	17,88%
IUC/IMV	500.432	401.102	24,76%	360.955	11,12%	336.356	7,31%	313.326	7,35%
DERRAMA	867.783	707.951	22,58%	562.213	25,92%	475.606	18,21%	444.945	6,89%
Total	4.885.985	4.740.429	3,07%	4.411.187	7,46%	4.463.413	-1,17%	4.284.905	4,17%

Evolução dos impostos diretos



11

A informação do quadro supra reflete as receitas de impostos diretos cobradas, líquidas de reembolsos ou restituições.

No cômputo global a receita dos impostos diretos evoluiu positivamente entre 2009/2013 (601.801€). Salienta-se a redução sofrida em 2010/2011 (-52.226€) da responsabilidade de um claro decréscimo (-164.608€) do IMT. No entanto o IMT em 2013 recuperou parte do valor perdido no período de 2011/2012.

O IMI em 2013 registou uma variação negativa (-250.336€) relativamente ao período homólogo de 2012, reduzindo o seu peso (57%) nos impostos diretos totais. Nos anos anteriores a receita do IMI correspondeu, em média, a 64% dos impostos diretos cobrados.

É evidente o crescimento permanente do IUC ao longo dos anos em análise e é de salientar o incremento registado em 2013 (99.330€) face a 2012.

Nos cinco anos em análise a cobrança da Derrama apresentou variações positivas. Entre 2009 e 2013 foi registado um aumento de receita que atingiu uma taxa próxima dos 100% (95%/422.838€). A Derrama cobrada em 2013 superou em 160 mil euros a executada no ano anterior.

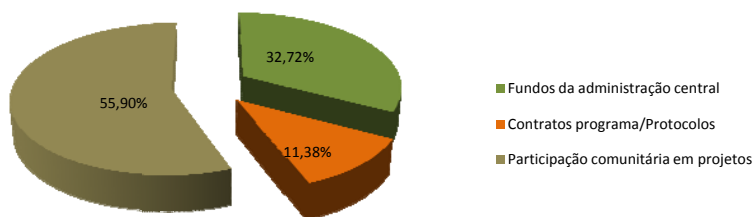


Evolução das transferências obtidas

Transferências obtidas

Designação	2013	2012	2011	2010	Peso 2013	Variação 2012/ 2013	Variação 2011/ 2012	Variação 2010/ 2011
	€							
Fundos da administração central	4.091.516	4.091.516	4.306.612	4.533.276	32,72%	0,00%	-4,99%	-5,00%
Corrente	3.510.176	2.928.836	3.054.769	3.213.480	28,07%	19,85%	-4,12%	-4,94%
Capital	581.340	1.162.680	1.251.843	1.319.796	4,65%	-50,00%	-7,12%	-5,15%
Contratos programa/Protocolos	1.422.978	2.887.853	1.837.055	1.758.037	11,38%	-50,73%	57,20%	4,49%
Corrente	1.098.034	1.179.305	1.063.665	889.135	8,78%	-6,89%	10,87%	19,63%
Capital	324.944	1.708.548	773.391	868.901	2,60%	-80,98%	120,92%	-10,99%
Participação comunitária em projetos	6.991.348	3.985.374	4.275.410	2.412.724	55,90%	75,43%	-6,78%	77,20%
Corrente	526.008	2.402	6.476	7.075	4,21%	21.803,29%	-62,92%	-8,47%
Capital	6.465.341	3.982.973	4.268.935	2.405.649	51,70%	62,32%	-6,70%	77,45%
Total das transferências correntes	5.134.217	4.110.542	4.124.909	4.109.691	41,05%	24,90%	-0,35%	0,37%
Total das transferências de capital	7.371.624	6.854.201	6.294.168	4.594.346	58,95%	7,55%	8,90%	37,00%
Total	12.505.842	10.964.743	10.419.078	8.704.037	100,00%	14,06%	5,24%	19,70%

Transferências obtidas



Ao longo do último quadriénio as transferências obtidas aumentaram 3,8 milhões de euros, sendo que 2,8 milhões de euros respeitaram a transferências de capital e 1 milhão de euros reportaram-se a transferências correntes.

No que se refere a transferências correntes, a variação positiva em 2012/2013 resultou do aumento da participação das autarquias nos impostos do Estado, particularmente o FEF (581.340€) e no acréscimo das participações comunitárias em projetos cofinanciados (523.606€), nomeadamente projetos imateriais financiados pelo PRN-ON2-Circuitos pelo Património Industrial, ARTBIBLIO, Luzes para a Cidadania Global e URBALL 3. As receitas provenientes de contratos programa e protocolos diminuíram 81 mil euros.

As transferências de capital pesaram 59% no conjunto das transferências obtidas em 2013 e aumentaram 61% (2.777.282€) entre 2010 e 2013, não registando decréscimos ao longo dos anos em apreciação.

No âmbito das transferências da administração central, a diminuição do FEF de capital em 2013 (-581.340€) correspondeu à variação positiva aludida anteriormente quanto ao FEF corrente.

Se por um lado as receitas de capital provenientes de contratos programa reduziram (-1.383.604€) em 2013, as receitas originárias no QREN cresceram (2.482.368€), face a 2012. A significativa diminuição das transferências obtidas de contratos programa/protocolos celebrados com a administração central, decorreu da comparticipação da DREN-Direção Regional da Educação do Norte na construção da Nova Escola Básica, que ocorreu na gerência de 2012.

No que diz respeito às participações comunitárias em projetos cofinanciados pelo QREN, ocorreram aumentos nos financiamentos do POVT (856.133€) e do PRN-ON2 (1.626.234€), que justificam a variação 2012/2013 de 62%.

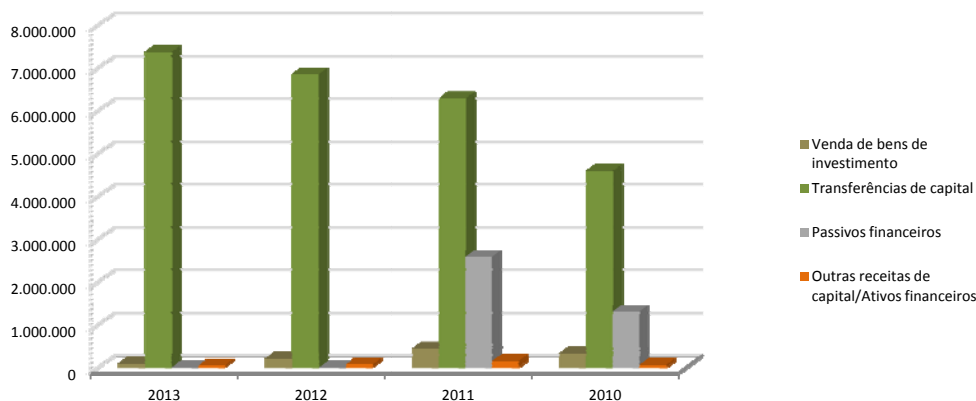


Evolução da receita de capital

Receita de capital

Designação	2013	2012	2011	2010	Varição	Varição	Varição
	€				2012/2013	2011/2012	2010/2011
Venda de bens de investimento	91.808	208.836	442.741	326.920	-56,04%	-52,83%	35,43%
Terrenos	0	0	291.938	0	0,00%	-100,00%	0,00%
Edifícios/Habitações	91.282	207.200	150.803	326.920	-55,94%	37,40%	-53,87%
Outros	526	1.636	0	0	-67,86%	0,00%	0,00%
Transferências de capital	7.371.624	6.854.201	6.294.168	4.594.346	7,55%	8,90%	37,00%
Empresas públicas	246.466	502.434	131.659	293.634	-50,95%	281,62%	-55,16%
Fundo de equilíbrio financeiro	581.340	1.162.680	1.251.843	1.319.796	-50,00%	-7,12%	-5,15%
Administração central/FEDER	6.498.512	5.032.654	4.818.990	2.907.825	29,13%	4,43%	65,72%
Outras	45.307	156.432	91.676	73.091	-71,04%	70,64%	25,43%
Ativos financeiros	147	10.341	54.676	29.283	-98,58%	-81,09%	86,71%
Empréstimos a M/L prazos-Famílias	147	10.341	54.676	29.283	-98,58%	-81,09%	86,71%
Passivos financeiros	0	0	2.583.263	1.306.172	0,00%	-100,00%	97,77%
Empréstimos a M/L prazos	0	0	2.583.263	1.306.172	0,00%	-100,00%	97,77%
Outras receitas de capital	39.169	60.979	96.806	32.300	-35,77%	-37,01%	199,71%
Total da receita de capital	7.502.748	7.134.355	9.471.654	6.289.021	5,16%	-24,68%	50,61%
Saldo da gerência anterior	161.587	1.997.180	82.999	0	-91,91%	0,00%	0,00%
Total	7.664.335	9.131.536	9.554.653	6.289.021	-16,07%	-4,43%	51,93%

Evolução da receita de capital



Considerando a incorporação dos saldos das gerências anteriores na receita de capital, a quebra da receita de capital em 2013 atingiu 1,5 milhões de euros, face ao ano anterior, depois de se ter assistido a um aumento de 3,3 milhões de euros (51,93%) em 2010/2011.

Na estrutura da receita de capital, em 2013, está patente o decréscimo da generalidade das rubricas, face aos valores apurados no ano de 2012. Porém, o nível de execução da receita de capital atribuiu-se, basicamente, à realização do agrupamento das transferências de capital que tem obtido um crescimento assinalável nas gerências em análise.

Como já anteriormente foi referido, as receitas originárias do QREN, influenciaram sobremaneira o resultado da execução da receita de capital, porquanto devem ser mencionados os projetos de investimento enquadrados nos programas comunitários de apoio, nomeadamente, POVT-Casa das Arte e da Criatividade, PRN-ON2-Ampliação da Zona Industrial das Travessas, Oliva Creative Factory, Torre da Oliva-Olivarenew, TEC-Escolas e Remodelação e Beneficiação das EB1/JI.



Análise da despesa

Execução da despesa

Despesa orçada e executada

Orçamento da despesa por classificação económica	Previsão inicial	Previsão final	Executado	Taxa de execução inicial	Taxa de execução final
	€				
Despesas com pessoal	4.775.609	4.705.483	4.594.390	96,21%	97,64%
Aquisição de bens e serviços	5.871.090	6.482.502	5.214.056	88,81%	80,43%
Juros e outros encargos	112.770	106.420	101.884	90,35%	95,74%
Transferências correntes	1.480.551	1.409.344	1.226.746	82,86%	87,04%
Subsídios	3	3	0	0,00%	0,00%
Outras despesas correntes	164.401	400.215	338.073	205,64%	84,47%
Total das despesas correntes	12.404.424	13.103.967	11.475.149	92,51%	87,57%
Aquisição de bens de capital	13.942.890	14.481.362	7.678.488	55,07%	53,02%
Transferências de capital	355.100	361.555	331.363	93,32%	91,65%
Ativos financeiros	15	15	0	0,00%	0,00%
Passivos financeiros	1.720.908	1.722.208	1.721.696	100,05%	99,97%
Outras despesas de capital	10	10	0	0,00%	0,00%
Total das despesas de capital	16.018.923	16.565.150	9.731.548	60,75%	58,75%
Total geral	28.423.347	29.669.117	21.206.697	74,61%	71,48%

14

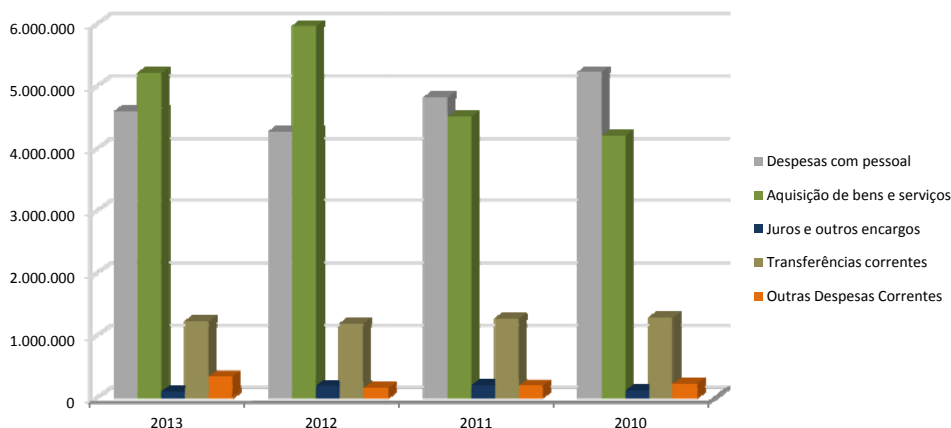
Evolução da despesa

Despesa executada

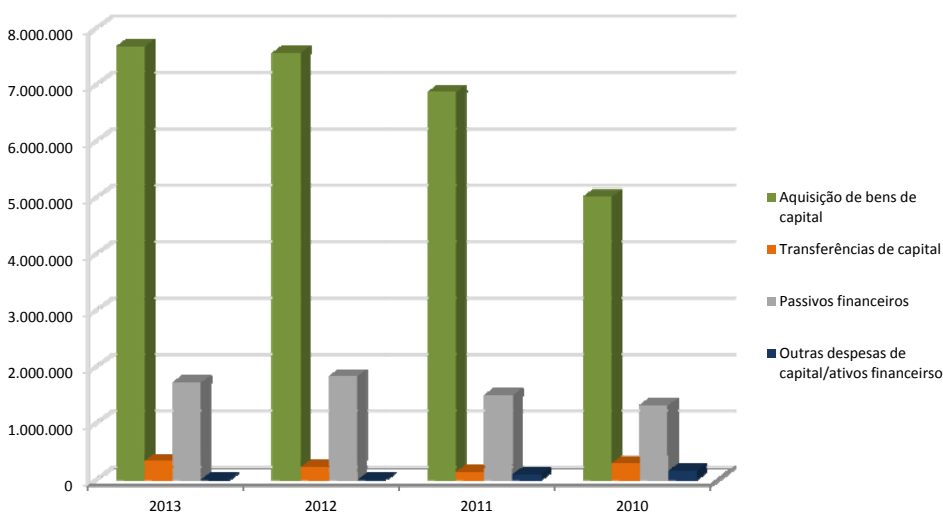
Designação	2013	2012	2011	2010	Variação 2012/2013	Variação 2011/2012	Variação 2010/2011
	€						
Despesas com pessoal	4.594.390	4.268.542	4.819.300	5.224.902	7,63%	-11,43%	-7,76%
Aquisição de bens e serviços	5.214.056	5.962.140	4.513.931	4.205.839	-12,55%	32,08%	7,33%
Juros e outros encargos	101.884	190.647	201.063	117.494	-46,56%	-5,18%	71,13%
Transferências correntes	1.226.746	1.186.413	1.267.370	1.286.194	3,40%	-6,39%	-1,46%
Outras Despesas Correntes	338.073	154.371	193.347	229.586	119,00%	-20,16%	-15,78%
Total das despesas correntes	11.475.149	11.762.113	10.995.011	11.064.014	-2,44%	6,98%	-0,62%
Aquisição de bens de capital	7.678.488	7.560.818	6.870.803	5.012.640	1,56%	10,04%	37,07%
Transferências de capital	331.363	222.832	142.997	288.839	48,71%	55,83%	-50,49%
Ativos financeiros	0	0	92.200	155.499	0,00%	-100,00%	-40,71%
Passivos financeiros	1.721.696	1.829.592	1.498.155	1.317.685	-5,90%	22,12%	13,70%
Outras despesas de capital	0	3.666	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Total das despesas de capital	9.731.548	9.616.908	8.604.154	6.774.664	1,19%	11,77%	27,00%
Total geral	21.206.697	21.379.021	19.599.165	17.838.678	-0,81%	9,08%	9,87%



Evolução da despesa corrente



Evolução da despesa de capital



Para avaliação da estrutura da despesa são apresentados dois quadros esclarecedores quanto à despesa prevista e paga e à evolução da despesa realizada no quadriénio 2010/2013.

No ano de 2013 a despesa executada foi de 75%, relativamente à previsão inicial, tendo-se fixado em 72% comparativamente ao orçamento final.

A taxa de execução efetiva da despesa corrente fixou-se em 88%. Os diversos agrupamentos da despesa corrente atingiram taxas de execução aproximadas, oscilando entre 80% nas despesas de aquisições de bens e serviços e 98% nas despesas com o pessoal.

O nível de execução da despesa corrente contribuiu para o aumento da taxa de execução global da despesa e representou 54% do total da despesa paga.

A execução obtida na despesa de capital (59%) foi, basicamente, consequência da reduzida execução da rubrica de aquisições de bens de capital (53%), e representou 46% da despesa global. A despesa de aquisição de bens de capital (7.678.488€) representou investimento maioritariamente associado a projetos financiados pelo FEDER.



Analisando o quadro da evolução da despesa, verifica-se que a despesa total de 2010 a 2013 aumentou 3,4 milhões de euros (19%), pese embora em 2013, ter registado um decréscimo de 172 mil euros, face ao período homólogo de 2012. Relativamente à última gerência, a despesa global acomodou-se, praticamente, à receita total cobrada.

A despesa corrente do exercício decresceu 287 mil euros face à execução de 2012 registada na despesa da mesma natureza.

Na estrutura da despesa corrente, os juros e outros encargos evidenciaram uma redução (-49%) nos últimos três anos, ajustada ao declínio das taxas dos empréstimos bancários.

Entre 2010/2013 a rubrica de aquisição de bens e serviços cresceu 1 milhão de euros, em resultado da combinação da redução de 748 mil euros em 2012/2013 e do aumento de 1,8 milhões de euros registados nos restantes anos em análise. No enquadramento da rubrica de aquisição de serviços, é de referir que no ano de 2012 foram realizados planos para liquidação de dívida de anos anteriores (2010- 2011), relacionados com iluminação pública e serviços de recolha de resíduos urbanos e limpeza urbana. O esforço para redução da dívida de curto prazo (7587.490€) influenciou sobremaneira a execução de despesa de aquisição de serviços, que sustenta, em parte, o aumento de 1,5 milhões de euros (32%), face a 2011 e a diminuição em 2013.

O agrupamento da despesa de aquisição de serviços tem acolhido as despesas associadas aos projetos imateriais, financiados pelo PRN-ON2.

No ano de 2013 a despesa com pessoal cresceu 326 mil euros em relação ao período homólogo de 2012, pese embora nos anos precedentes as reduções acumuladas terem atingido quase 1 milhão de euros. O peso do conjunto dos encargos com o pessoal e de aquisição de bens e serviços representou 46% da despesa total e 86% da despesa corrente.

O investimento realizado nos últimos quatro anos justificou a evolução positiva da despesa de capital.

Evolução da despesa com pessoal

Estrutura das despesas com pessoal

Despesas com pessoal	2013	2012	2011	2010	Variação 2012/ 2013	Variação 2011/ 2012	Variação 2010/ 2011
	€						
Membros dos órgãos autárquicos	114.843	94.988	111.983	119.514	20,90%	-15,18%	-6,30%
Pessoal dos quadros	2.447.725	2.477.108	2.384.125	2.267.021	-1,19%	3,90%	5,17%
Pessoal contratado a termo	155.290	188.970	400.756	662.683	-17,82%	-52,85%	-39,53%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	115.727	95.096	50.833	12.540	21,69%	87,08%	305,37%
Pessoal aguardando aposentação	1.550	3.597	4.776	4.648	-56,92%	-24,69%	2,75%
Pessoal em qualquer outra situação	29.943	41.300	59.769	122.531	-27,50%	-30,90%	-51,22%
Representação	31.223	35.496	35.613	40.121	-12,04%	-0,33%	-11,24%
Subsídio de refeição	244.033	251.541	256.112	274.238	-2,98%	-1,78%	-6,61%
Subsídio de férias e de Natal	465.086	209.812	551.079	527.599	121,67%	-61,93%	4,45%
Horas extraordinárias	16.534	16.500	24.308	32.442	0,20%	-32,12%	-25,07%
Ajudas de custo	5.175	4.697	8.585	6.579	10,17%	-45,29%	30,49%
Abono para falhas	6.507	6.455	6.341	5.622	0,81%	1,79%	12,80%
Subsídio de turno	16.269	16.104	16.605	22.000	1,02%	-3,02%	-24,52%
Indemnizações por cessação de funções	10.491	11.347	33.991	24.851	-7,55%	-66,62%	36,78%
Outros suplementos e prémios	14.228	21.256	4.062	8.484	-33,06%	423,29%	-52,12%
Segurança social	883.225	754.404	814.674	990.323	17,08%	-7,40%	-17,74%
Seguros	36.544	39.871	40.991	86.734	-8,35%	-2,73%	-52,74%
Total	4.594.390	4.268.542	4.804.602	5.207.930	7,63%	-11,16%	-7,74%



Reflexo de cortes salariais e da suspensão do pagamento do subsídio de férias a uma parte dos trabalhadores, no ano de 2012, as despesas com pessoal registaram uma diminuição significativa.

No ano de 2013, o conjunto das despesas com o pessoal apresentou um aumento de 325 mil euros, justificado, principalmente, pela reposição total dos subsídios de férias e de Natal e o conseqüente aumento dos respetivos encargos indiretos (Segurança Social). Concorreu, também, para o crescimento das despesas com o pessoal o aumento da taxa da contribuição dos municípios para a Caixa Geral de Aposentações, de 15% para 20%.

Neste capítulo foram registados decréscimos que importa referir, porque no seu conjunto, atingiram quase 100 mil euros, designadamente as diminuições das despesas com pessoal dos quadros, pessoal contratado a termo, pessoal em qualquer outra situação e pessoal aguardando aposentação.

O aumento dos encargos com pessoal em regime de tarefa ou avença (21.630€) está associado à contratação de prestadores de serviços no âmbito de estudos de coleções de arte contemporânea na Oliva Creative Factory, investigação e implementação de um Núcleo Museológico do Calçado, design de luz e som, assistentes de sala na Casa da Criatividade, serviços prestados por guias dos Circuitos para o Património Industrial e apoio à supervisão da alimentação nas escolas EB1/JI.

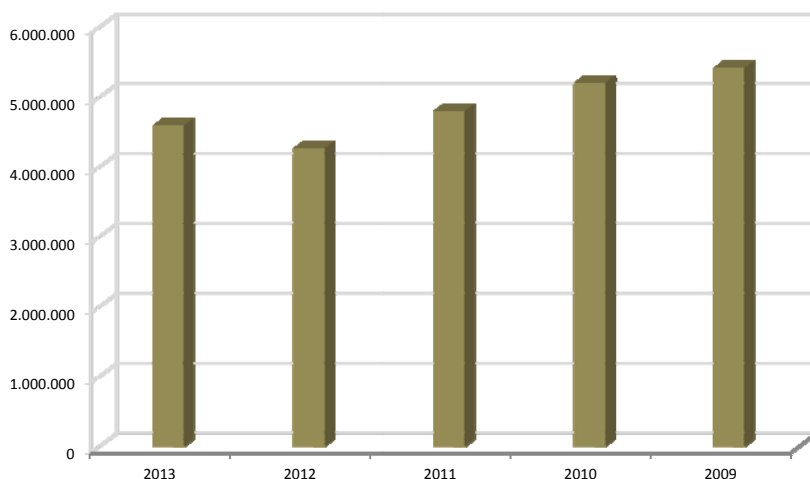
Nos últimos quatro anos a despesa com horas extraordinárias reduziu 49%, explicada, sobretudo, pelas reduções de 16 mil euros em 2010/2012, pese embora no ano de 2013 se ter verificado um aumento insignificante (34€), face a 2012.

Evolução das despesas com pessoal

Designação	2013	2012	Variação 2012/ 2013	2011	Variação 2011/ 2012	2010	Variação 2010/ 2011	2009	Variação 2009/ 2010
	€	€		€		€			
Despesas c/ pessoal	4.594.390	4.268.542	7,63%	4.804.602	-11,16%	5.207.930	-7,74%	5.419.519	-3,90%

17

Evolução despesas com pessoal



Como pode ser observado nos quadros anteriores, a despesa com pessoal, registou entre 2009/2012 um expressivo decréscimo (-21%), que representou 1,15 milhões de euros.

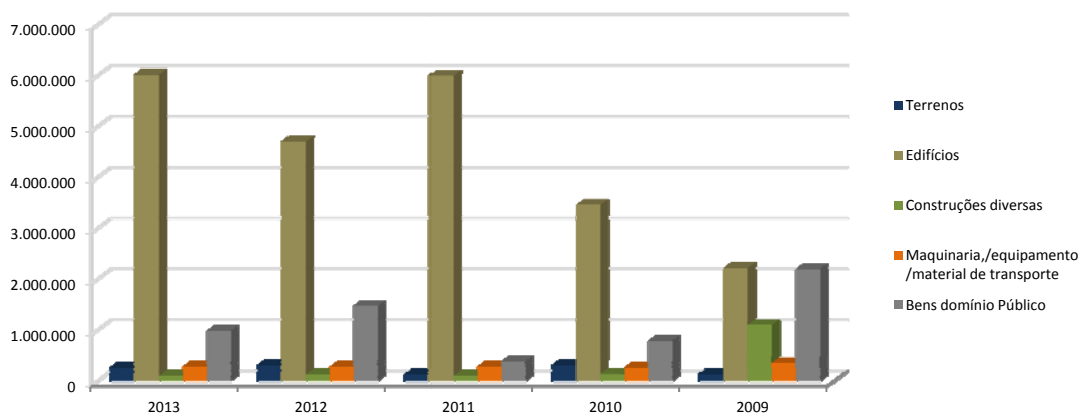


Evolução do investimento

Investimento realizado

Designação	2013	2012	Variação 2012/ 2013	2011	Variação 2011/ 2012	2010	Variação 2010/ 2011	2009	Variação 2009/ 2010
	€			€		€			
Terrenos	272.142	318.613	-14,59%	137.345	131,98%	317.409	-56,73%	147.652	114,97%
Edifícios	6.020.484	4.708.927	27,85%	6.002.623	-21,55%	3.467.822	73,09%	2.224.338	55,90%
Construções diversas	110.494	133.495	-17,23%	110.569	20,73%	148.712	-25,65%	1.105.713	-86,55%
Material de transporte	17.897	11.813	51,49%	19.559	-39,60%	0	0,00%	83.928	0,00%
Maquinaria/Equipamento	269.205	906.269	-70,30%	207.810	336,11%	284.811	-27,04%	582.936	-51,14%
Bens domínio Público	988.267	1.481.701	-33,30%	392.898	277,12%	793.885	-50,51%	2.207.484	-64,04%
Total	7.678.488	7.560.818	1,56%	6.870.803	10,04%	5.012.640	37,07%	6.352.051	-21,09%

Evolução do investimento



18

A despesa de investimento dos últimos quatro anos teve um assinalável incremento de 2,7 milhões de euros (53%). A variação de 2010/2012 é responsável pela maior parte do aumento antes referido, uma vez que nos últimos dois anos o investimento cresceu cerca de 118 mil euros.

A parcela com mais peso na estrutura do investimento ao longo dos anos diz respeito à construção e requalificação de edifícios, absorvendo em 2013, 78% da despesa total de investimento. Considerou-se nesta rubrica o investimento realizado em edifícios afetos à educação (beneficiações de edifícios escolares), à inovação e competitividade (OCF-Ruci-Sanjonet), à cultura (Casa da Criatividade) e ao desporto (Pavilhão Paulo Pinto).

A componente de bens do domínio público, de que fazem parte as construções e grandes beneficiações de infraestruturas, designadamente os arruamentos e as obras complementares, representaram, ao longo dos anos em análise, a segunda maior parte de despesa de investimento.



Fontes de financiamento do investimento

Financiamento do investimento

Designação	2013	
	€	Peso %
Transferências de Capital:	7.371.624	96,18%
Empresas Públicas Municipais	246.466	3,22%
Administração Local	45.307	0,59%
Administração Central-Estado	614.512	8,02%
Participação Comunitária em Projetos	6.465.341	84,36%
Venda de Bens de Investimento	91.808	1,20%
Outras receitas de capital	39.316	0,51%
Subtotal	7.502.748	97,89%
Saldo da gerência anterior	161.587	2,11%
Total	7.664.335	100%

As receitas provenientes de comparticipações comunitárias em projetos, especialmente as originárias do QREN, consideram-se a principal fonte de financiamento do investimento realizado em 2013. Foram responsáveis por 88% do total das transferências de capital obtidas e por 87% da receita de capital cobrada.

Evolução das transferências correntes e de capital

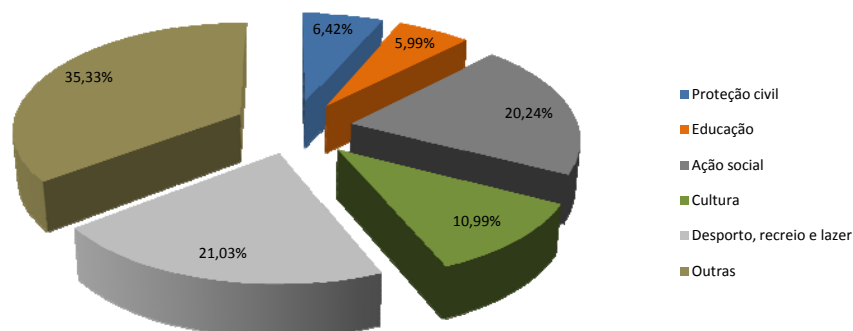
19

Transferências realizadas por funções

Natureza/Finalidade	2013	2012	2011	2010	Peso 2013	Variação 2012/ 2013	Variação 2011/ 2012	Variação 2010/ 2011
	€							
Transferências correntes	1.226.746	1.186.412	1.267.370	1.286.194	78,73%	3,40%	-6,39%	-1,46%
Proteção civil	100.100	100.100	105.000	105.000	6,42%	0,00%	-4,67%	0,00%
Educação	93.370	91.790	111.772	141.571	5,99%	1,72%	-17,88%	-21,05%
Ação social	297.735	256.345	226.265	189.894	19,11%	16,15%	13,29%	19,15%
Cultura	171.305	123.003	110.660	173.504	10,99%	39,27%	11,15%	-36,22%
Desporto, recreio e lazer	324.303	290.962	339.856	446.317	20,81%	11,46%	-14,39%	-23,85%
Outras	239.933	324.213	373.816	229.908	15,40%	-26,00%	-13,27%	62,59%
Transferências de capital	331.363	222.832	142.996	288.839	21,27%	48,71%	55,83%	-50,49%
Proteção civil	0	12.112	6.225	0	0,00%	-100,00%	94,57%	100,00%
Ação social	17.500	0	73.981	0	1,12%	0,00%	-100,00%	100,00%
Cultura	0	6.500	0	0	0,00%	-100,00%	-100,00%	0,00%
Desporto, recreio e lazer	3.375	1.738	18.246	26.246	0,22%	94,14%	-90,47%	-30,48%
Outras	310.488	202.482	44.544	262.594	19,93%	53,34%	354,57%	-83,04%
Total	1.558.109	1.409.244	1.410.366	1.575.033	100,00%	10,56%	-0,08%	-10,45%



Peso das funções nas transferências realizadas



A despesa realizada no âmbito de transferências correntes superou em 2013 a execução de 2012, com destaque para as funções da ação social (16%), e da cultura (39%). Entre 2010/2013 as transferências de carácter social cresceram 57% (107.840€).

Os apoios concedidos com o objetivo do desenvolvimento de atividades culturais aumentaram 48 mil euros (39%), relativamente a 2012.

As transferências correntes realizadas na sequência de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, celebrados com várias associações, tiveram um acréscimo de 33 mil euros (12%), face a 2012, contrapondo-se às variações negativas dos anos anteriores (-14%/-24%).

20

Quanto às transferências de capital de 2013, destinadas a apoiar despesa de investimento, citam-se as comparticipações financeiras à CERCI de S. João da Madeira, para fazer face a despesas de reabilitação do edifício sede, à Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira, no âmbito das obras de ampliação da UCC-Unidade de Cuidados Continuados, e à Associação Estamos Juntos, para aquisição de uma viatura.

Em outras funções não especificadas, tendo em consideração as transferências correntes e de capital, estão implícitas as transferências para a Área Metropolitana do Porto, Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, agrupamentos de escolas, Associação Comercial dos Concelhos de Ovar e S. João da Madeira e os protocolos com a Sanjotec-Associação Científica e Tecnológica e a Habitar S. João, EM.

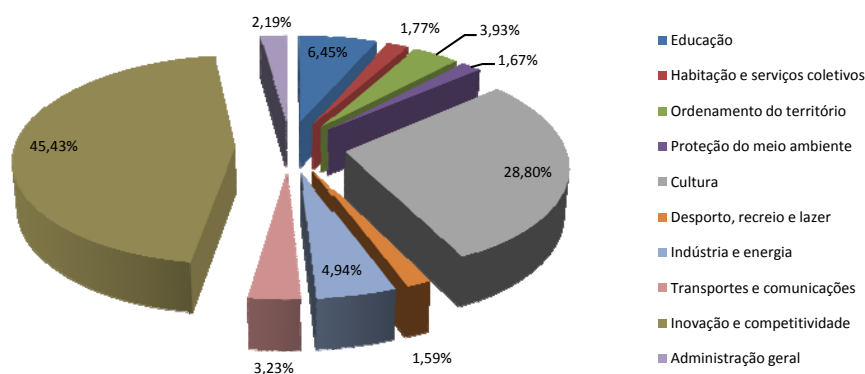


Análise da Estrutura do Plano Plurianual de Investimentos

Despesa orçada /executada do PPI

Programa	Previsão inicial	Previsão final	Executado	Taxa de execução inicial	Taxa de execução final
	€				
Educação	544.031	609.731	502.092	92,29%	82,35%
Habituação e serviços coletivos	249.773	305.523	137.947	55,23%	45,15%
Ordenamento do território	118.000	543.535	305.996	259,32%	56,30%
Proteção do meio ambiente	581.823	367.280	130.472	22,42%	35,52%
Cultura	2.639.024	3.113.961	2.243.915	85,03%	72,06%
Desporto, recreio e lazer	320.000	493.990	124.052	38,77%	25,11%
Indústria e energia	1.956.438	1.572.596	384.656	19,66%	24,46%
Transportes e comunicações	587.787	493.947	251.422	42,77%	50,90%
Inovação e competitividade	6.966.914	6.810.416	3.539.405	50,80%	51,97%
Administração geral	180.600	382.983	170.401	94,35%	44,49%
Total	14.144.390	14.693.962	7.790.358	55,08%	53,02%

Peso dos programas do PPI no total



A estrutura do PPI apresentada nos quadros acima expostos permite analisar a despesa por programas.

O PPI obteve uma taxa de execução final de 53% (7.790.358€).

Os programas do PPI com taxas de execução mais elevadas foram:

- Educação (82%), com destaque para o grau de realização do projeto "Reparações e Beneficiações de Edifícios Escolares", das EB1/JI de Casaldelo, do Parque, do Parrinho, de Carquejido e das Fontainhas (91%/371.212€).
- Cultura (72%), para a qual contribuiu o projeto "Casa das Artes e da Criatividade" (75%/2.206.113€).
- Inovação e competitividade (52%), tendo em conta as execuções mais relevantes observadas nas execuções dos projetos "Oliva Creative Factory" (58%/2.904.386€) e Ruci-Sanjonet-Redes Urbanas de Competitividade e Inovação (32%/633.796€).



Análise da situação económica e financeira

Análise do balanço

Estrutura/evolução

Descrição	2013	2012	2011	2010	Variação 2012/ 2013	Variação 2011/ 2012	Variação 2010/ 2011
	€						
Imobilizado	154.640.836	149.752.181	145.570.479	141.286.436	3,26%	2,87%	3,03%
Existências	68.794	83.550	80.961	87.886	-17,66%	3,20%	-7,88%
Dívidas de terceiros	14.236.482	22.381.350	23.665.207	17.632.108	-36,39%	-5,43%	34,22%
Disponibilidades	1.006.593	1.354.560	3.053.883	1.255.903	-25,69%	-55,64%	143,16%
Acréscimos e diferimentos	3.596.919	3.541.778	3.032.358	584.112	1,56%	16,80%	419,14%
Total do ativo líquido	173.549.624	177.113.418	175.402.887	160.846.445	-2,01%	0,98%	9,05%
Fundos próprios	113.718.222	113.819.894	113.678.184	110.722.999	-0,09%	0,12%	2,67%
Passivo a médio e longo prazo	8.874.991	11.209.653	13.248.598	12.576.018	-20,83%	-15,39%	5,35%
Passivo a curto prazo	4.269.781	3.292.174	3.163.246	3.584.809	29,69%	4,08%	-11,76%
Acréscimos e diferimentos	46.686.630	48.791.697	45.312.859	33.962.618	-4,31%	7,68%	33,42%
Total dos fundos próprios e do passivo	173.549.624	177.113.418	175.402.887	160.846.445	-2,01%	0,98%	9,05%

No final do exercício económico de 2013 o imobilizado líquido (deduzido das amortizações, reintegrações e provisões) cifrou-se em 155 milhões de euros. O crescimento de 4,9 milhões de euros (3%), apurado no ativo líquido, comparativamente ao período homólogo de 2012, ficou a dever-se ao aumento das imobilizações corpóreas. A variação de 2010/2013 atingiu 13,4 milhões de euros (9,5%), correspondendo a incrementos anuais que ultrapassaram os 4 milhões de euros.

Relativamente ao peso relativo de cada uma das componentes do ativo, confirma-se a predominância do ativo fixo na estrutura dos balanços, representando, em 31 de dezembro de 2013, 89% do total do ativo líquido.

As dívidas de terceiros ascenderam a 14 milhões de euros, representando um decréscimo de 36%, face ao ano anterior (-8.144.867€). O peso dos subsídios obtidos no âmbito de contratos-programa realizados com a administração central e de participações comunitárias em projetos, da rubrica de outros devedores, representaram 94% das dívidas de terceiros. Em 2013 os acréscimos e diferimentos totalizaram 3,6 milhões de euros, sendo que 99,9% (3.591.537€) deste valor foi atribuído a acréscimos de proveitos e 5 mil euros constituiu custos diferidos.

Os acréscimos de proveitos acolheram os proveitos referentes a impostos diretos, rendas a receber, dividendos e juros de depósitos bancários a serem reconhecidos no exercício 2013, cuja receita virá a obter-se no exercício seguinte.

Os fundos próprios do Município totalizaram 114 milhões de euros, refletindo uma estabilização do seu valor nos três últimos exercícios.

A diferença verificada entre o valor apurado em 2013 vs 2012 (-0,09%), advém da combinação dos aumentos das reservas legais e dos subsídios com a combinação da diminuição dos resultados transitados.

O passivo de MLP prazo diminuiu 2,3 milhões de euros (-21%) relativamente a 2012 e 4,3 milhões de euros (-33%) nos últimos três anos.



O passivo de CP aumentou 978 mil euros no exercício de 2013. Esta rubrica incorpora, para além das dívidas a terceiros, as provisões para riscos e encargos, os saldos de operações não orçamentais, (cauções prestadas por fornecedores de imobilizado e as receitas destinadas ao Estado e a outros entes públicos).

O valor registado em acréscimos e diferimentos no valor de 47 milhões de euros, diz respeito a custos e proveitos que devem ser reconhecidos no exercício, embora o seu pagamento/exigibilidade ocorra nos anos seguintes. Para efeitos de especialização do exercício foram contabilizados 1 milhão de euros em acréscimos referentes a débitos a terceiros, aos subsídios de férias e ao direito a férias do pessoal da autarquia e ao serviço da dívida de empréstimos bancários.

Os proveitos diferidos (46 milhões de euros) corresponderam à incorporação dos subsídios ao investimento, cujos proveitos serão reconhecidos em anos futuros, à medida da taxa de amortização dos investimentos objeto de subsídios.

Análise da demonstração de resultados

Estrutura/evolução

Descrição	2013	2012	2011	2010	Peso 2013	Varição 2012/ 2013	Varição 2011/ 2012	Varição 2010/ 2011
	€							
Custos e perdas								
Custos mercadorias vendidas e das matérias consumidas	661.411	577.517	494.932	441.290	4,34%	14,53%	16,69%	12,16%
Fornecimentos e serviços externos	4.256.760	4.501.767	3.788.365	4.032.742	27,96%	-5,44%	18,83%	-6,06%
Custos com o pessoal	4.700.059	4.357.280	4.479.882	5.194.700	30,87%	7,87%	-2,74%	-13,76%
Transferências e subsídios correntes concedidos	1.351.864	1.176.666	1.339.579	1.224.923	8,88%	14,89%	-12,16%	9,36%
Amortizações do exercício	3.202.752	3.276.634	3.091.647	3.091.167	21,04%	-2,25%	5,98%	0,02%
Outros custos operacionais	67.723	135.076	32.842	21.594	0,44%	-49,86%	311,29%	52,09%
Custos e perdas financeiros	128.351	207.709	230.446	130.007	0,84%	-38,21%	-9,87%	77,26%
Custos e perdas extraordinários	856.106	884.157	271.274	445.066	5,62%	-3,17%	225,93%	-39,05%
Total	15.225.026	15.116.806	13.728.966	14.581.490	100,00%	0,72%	10,11%	-5,85%
Proveitos e ganhos								
Vendas e prestações de serviços	3.018.642	3.160.923	2.693.659	2.885.022	19,73%	-4,50%	17,35%	-6,63%
Impostos e taxas	4.940.510	5.130.186	4.567.336	4.893.784	32,30%	-3,70%	12,32%	-6,67%
Proveitos suplementares	12.209	257	244	423	0,08%	4650,65%	5,33%	-42,31%
Transferência e subsídios obtidos	5.183.767	4.911.208	5.146.863	5.288.876	33,89%	5,55%	-4,58%	-2,69%
Outros proveitos e ganhos operacionais	227	10.472	32.614	191.199	0,00%	-97,83%	-67,89%	-82,94%
Proveitos e ganhos financeiros	422.987	556.674	334.524	200.379	2,77%	-24,02%	66,41%	66,95%
Proveitos e ganhos extraordinários	1.719.196	1.458.567	1.374.348	1.266.772	11,24%	17,87%	6,13%	8,49%
Total	15.297.538	15.228.287	14.149.589	14.726.455	100,00%	0,45%	7,62%	-3,92%
Resultado líquido do exercício	72.512	111.481	420.623	144.965		-34,96%	-73,50%	190,15%

No exercício os custos operacionais totalizaram 14 milhões de euros, representando um crescimento de 216 mil euros face ao período anterior. Este facto deveu-se sobretudo ao aumento das rubricas de custos com o pessoal e de transferências/subsídios correntes concedidos. O aumento verificado em custos com o pessoal é justificado pela recuperação do direito dos trabalhadores aos subsídios de férias e de Natal em 2013.

O fornecimentos e serviços externos têm absorvido uma parcela importante dos custos operacionais, ao longo dos anos em análise. Incluem-se nestes custos os fornecimentos de serviços assegurados por empresas de especialidade, no âmbito da limpeza urbana, do tratamento de resíduos sólidos, de refeições escolares e de fornecimento de energia.



As amortizações do exercício, no valor de 3,2 milhões de euros, diminuíram 74 mil euros (2%), face aos custos aferidos no mesmo período do ano anterior. Este decréscimo resultou, fundamentalmente, de aumentos da vida útil de diversos bens, que foram objeto de obras de transformação, requalificação e beneficiação.

Na estrutura dos proveitos operacionais as rubricas de impostos e taxas e de transferências e subsídios obtidos, em conjunto, representaram 77% do total apurado.

A variação positiva verificada nos proveitos em 2012/2013, deveu-se, principalmente, aos aumentos dos proveitos e ganhos extraordinários e de transferências e subsídios obtidos, conjugados com as diminuições nas restantes componentes dos proveitos.

Da relação custos/proveitos obteve-se o apuramento do resultado líquido positivo do exercício económico de 2013, de 72.512,29 euros.

Análise da dívida

Evolução da dívida a terceiros

Tipos de Dívida	Capital em dívida em 31/12/2013	Capital em dívida em 31/12/2012	Variação 2012/2013	Capital em dívida em 31/12/2011	Variação 2011/2012	Capital em dívida em 31/12/2010	Variação 2010/2011	Capital em dívida em 31/12/2009	Variação 2009/2010
	€	€	%	€	%	€	%	€	%
Médio e Longo Prazo	8.874.991	11.209.653	-20,83%	13.248.597	-15,39%	12.576.018	5,35%	12.953.909	-2,92%
Empréstimos bancários	7.927.631	9.649.324	-17,84%	11.478.868	-15,94%	10.393.760	10,44%	10.405.273	-0,11%
Locação Financeira	3.041	8.923	-65,92%	14.600	-38,89%	12.376	17,98%	70.942	-82,55%
Outros (EDP)	944.320	1.551.406	-39,13%	1.755.129	-11,61%	2.169.882	-19,11%	2.477.694	-12,42%
Curto Prazo	3.026.530	1.774.721	70,54%	1.810.319	-1,97%	2.208.383	-18,03%	3.329.314	-33,67%
Fornecedores	3.026.530	1.774.721	70,54%	1.810.319	-1,97%	2.208.383	-18,03%	3.329.314	-33,67%
Total	11.901.521	12.984.374	-8,34%	15.058.916	-13,78%	14.784.401	1,86%	16.283.223	-9,20%

24

A 31 de dezembro de 2013 a dívida total do Município a terceiros apresentou um valor de, aproximadamente, 12 milhões de euros (-1.082.852€, face a 2012), sendo constituída em 75% por dívida de médio e longo prazo e em 25% por dívida de curto prazo. O conjunto das amortizações de dívida bancária e de dívida à EDP atingiram 2,3 milhões de euros.

A dívida de MLP decresceu 4 milhões de euros (-32%) entre 2009/2013, correspondendo 2,5 milhões de euros (-24%) a dívida de empréstimos bancários, 1,5 milhões de euros (-62%) a outras dívidas (protocolo com a EDP).

Quanto ao passivo de CP e analisado o quadro supra, resulta claro o aumento de 1,3 milhões de euros, no exercício de 2013. Fez parte do passivo de curto prazo a 31 de dezembro de 2013, a dívida a fornecedores de imobilizado, referente a projetos apoiados por fundos comunitários, no montante de 1,5 milhões de euros. Desta dívida, o Município não recebeu na gerência de 2013, das entidades financiadoras, cerca de 1,1 milhões de euros.



Evolução da dívida bancária

Dívida bancária

Dívida	Capital em dívida em 31/12/2013	Capital em dívida em 31/12/2012	Capital em dívida em 31/12/2011	Capital em dívida em 31/12/2010	Variação 2012/2013	Variação 2011/2012	Variação 2010/2011
€							
Empréstimos de MLP prazos	7.927.631	9.649.327	11.478.916	10.393.760	-17,84%	-15,94%	10,44%
Incluídos nos limites de endividamento	3.865.749	5.136.717	6.575.271	5.953.623	-24,74%	-21,88%	10,44%
Isentos dos limites endividamento	4.061.882	4.512.610	4.903.645	4.440.137	-9,99%	-7,97%	10,44%
Contratos de locação financeira	3.041	8.923	14.600	12.376	-65,92%	-38,89%	17,98%
Total	7.930.671	9.658.250	11.493.516	10.406.136	-17,89%	-15,97%	10,45%

O capital em dívida de empréstimos bancários excecionados dos limites de endividamento de médio e longo prazo, nos termos da Lei das Finanças Locais, cifrou-se em 4 milhões de euros e representou 51% do total do capital em dívida de empréstimos de MLP, registado em 31 de dezembro de 2013. O peso da dívida bancária, que relevou para efeitos de apuramento dos limites de endividamento do Município em 2013 (3,9 milhões de euros), representou 49% do total do capital em dívida de empréstimos de MLP.

Serviço da dívida de empréstimos bancários

Serviço da dívida MLP	2013	2012	2011	2010	Variação 2012/2013	Variação 2011/2012	Variação 2010/2011
€							
Juros	101.902	189.650	198.439	115.826	-46,27%	-4,43%	71,33%
Amortizações	1.721.696	1.829.592	1.498.155	1.317.685	-5,90%	22,12%	13,70%
Total	1.823.598	2.019.242	1.696.594	1.433.511	-9,69%	19,02%	18,35%

25

No final de 2013 o serviço da dívida totalizou 1,8 milhões de euros. A diferença verificada entre o valor apurado em 2013/2012 (-10%) resultou da diminuição das taxas de juro dos empréstimos bancários e da amortização total do empréstimo, contraído em 2002, para saneamento financeiro.

Endividamento municipal

O cálculo dos limites de endividamento encontra-se definido nos artigos 37º e 39º da na LFL-Lei das Finanças Locais (Lei nº2/2007, de 15 de janeiro).

Até 2011, o limite de endividamento líquido (EL) era calculado tendo por base as receitas provenientes de impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativa aos anos anteriores. A margem sobre o EL era apurada tendo por base a diferença entre o valor de endividamento apurado e o limite calculado.

Para o ano de 2012, o limite de EL teve por referência o EL verificado no término do ano anterior, sendo a margem apurada pela diferença entre esse valor e o EL calculado em 31/12/2011.

A LOE 2013, estabeleceu como limite de EL para 2013 o menor dos seguintes valores: a)-Limite de EL de 2012; b)-Limite resultante do disposto no artigo 37º da LFL.



O endividamento de ML prazo para cada município tem sido calculado nos termos do artigo 37º da LFL, sendo que desde 2011 a contratação de novos empréstimos esteve limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios nos anos anteriores, proporcional à capacidade de endividamento disponível, para cada município, aferida nos termos da LFL e suas alterações.

Os limites de endividamento apurados para o Município de S. João da Madeira, nos anos 2010 a 2013, foram os seguintes:

Limites de endividamento municipal	Unid: euro			
	2010	2011	2012	2013
Endividamento de curto prazo	842.520	628.902	626.040	834.738
Endividamento de médio e longo prazo	8.425.202	6.289.027	6.260.408	8.347.381
Endividamento de médio e longo prazo-rateio	---	611.622	0	574.300
Endividamento líquido	10.531.502	-18.741.117	-19.686.491	-19.686.491

*Nota: Quando do apuramento do endividamento líquido resultar valor negativo, a DGAL considera o limite de EL zero.

O novo quadro normativo do regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, veio alterar integralmente as regras de apuramento do endividamento, substituindo os limites apurados com base no endividamento líquido, por limite da dívida total.

Assim, com a entrada em vigor do referido diploma (1 de janeiro de 2014), o apuramento da dívida total estará circunscrito à dívida de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º da referida Lei, não podendo ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente cobrada nos três exercícios anteriores.

26

Prazo Médio de Pagamento (PMP)

O cálculo do PMP tem como suporte a fórmula estabelecida na Resolução do Conselho de Ministros nº34/2008, de 22 de fevereiro, que veio regulamentar o programa Pagar a Tempo e Horas, aplicado à administração central, às regiões autónomas, aos municípios e às empresas públicas, na qualidade de adquirentes de bens e serviços a fornecedores.

A fórmula atrás referida contempla no numerador o valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre e no denominador as aquisições de bens e serviços realizadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

Através dos dados reportados pela autarquia no SIAL-Sistema Integrado de Informação da Administração Local, a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) forneceu os seguintes resultados, quanto ao apuramento do PMP do Município de S. João da Madeira nos anos 2010/2013:

Descrição	2010	2011	2012	2013
Nº de dias	98	78	49	75



Compromissos e pagamentos em atraso

Nos termos da LCPA-Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, conjugada com o DL nº 127/2012, de 21/06, integram os documentos de prestação de contas, os acordos de liquidação de dívidas a fornecedores, outorgados no exercício de 2013.

Proposta de aplicação de resultados

Nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e em atenção ao relatório que antecede, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2013 de 72.512,29 euros, tenha a seguinte aplicação:

- 3.625,61€-reservas legais;
- 68.886,68€-resultados transitados.

Propõe-se igualmente que seja aprovada, como revisão do orçamento de 2014, a utilização do saldo de disponibilidades orçamentais apurado no exercício de 2013, no montante de 400,15 euros, nos termos da a) do ponto 8.3.1.4 do POCAL e em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



Relatório consolidado

Nota prévia

Decorre do artigo 46º da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro, que as contas dos municípios que detenham a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local (SEL), devem incluir as contas consolidadas do balanço e da demonstração de resultados, com os respectivos anexos explicativos, incluindo os fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa do endividamento consolidado de médio e longo prazo.

A consolidação das contas do Município adotou as orientações genéricas consagradas na Portaria nº 474/2010, de 1 de julho-Orientação nº1/2010.e as instruções publicadas, em 2011 pelo SATAPOCAL para o exercício de 2010.

De acordo com os artigos 2º e 3º da referida Portaria, através da qual é aprovada a Orientação nº1/2010, intitulada orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo, foi estabelecido um conjunto de princípios enquadradores, que estão subjacentes à consolidação de contas das entidades integradas naquele setor.

Atendendo às especificidades do subsector das autarquias locais e ao facto da LFL, que prevalece, por força da hierarquia entre as várias normas legais, sobre a Portaria a que acima se aludiu, entendeu o SATAPOCAL-Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL, elaborar um conjunto de instruções que permitissem uma aplicação deste regime pelos municípios, de forma coerente e comparável, articulando os regimes previstos na LFL e na Orientação, de forma a ultrapassar lacunas em matérias não previstas naquelas normas, que foram, também, respeitadas na consolidação das contas ora apresentadas.

28

Perímetro de consolidação

A Habitar S. João, Empresa de Habitação, EM, com sede social na Rua do Poder Local, nº 347, em S. João da Madeira, foi constituída no dia 16 de Maio de 2003, tendo como objecto principal a gestão social, patrimonial e financeira dos bairros de habitação social e outras actividades complementares ou subsidiárias da habitação social.

Informação relativa à imagem verdadeira

A consolidação permite dar uma imagem verdadeira da posição financeira do grupo público municipal, contribuindo para uma avaliação integrada do conjunto de atividades desenvolvidas.

A estrutura do balanço e da demonstração de resultados adequam-se ao previsto no POCAL e SNC, e espelham a situação patrimonial do grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas combinam as demonstrações financeiras da entidade consolidante e da entidade controlada, numa base linha a linha, adicionando rubricas idênticas de ativos, passivos, fundos próprios/capital próprio, custos e proveitos, pagamentos e recebimentos.

Nas demonstrações financeiras foi utilizado o método de consolidação integral proporcionando informação financeira do grupo como se de uma única entidade se tratasse.



As demonstrações financeiras consolidadas são um complemento e não uma substituição das demonstrações financeiras individuais, constituem um todo e compreendem os seguintes documentos.

- A) Balanço consolidado;
- B) Demonstração de resultados consolidada;
- C) Fluxos financeiros entre entidades incluídas no perímetro de consolidação.

A informação consolidada encontra-se devidamente estruturada, permitindo a comparação das demonstrações financeiras consolidadas dos últimos quatro anos.

Informação relativa ao endividamento de médio e longo prazo

Não se produz informação financeira consolidada sobre endividamento de médio e longo prazo, porquanto a entidade empresarial consolidada não detém dívida desta natureza.

Eliminação das operações internas

Foram eliminadas reciprocamente as seguintes operações internas entre a entidade consolidante e a entidade consolidada:

- Custos e perdas e proveitos e ganhos;
- Transferências e subsídios;
- Investimentos financeiros e partes de capital;
- Fluxos de caixa.

Análise do balanço consolidado

29

Balanço consolidado

Descrição	2013	2012	2011	2010	Variação 2012/ 2013	Variação 2011/ 2012	Variação 2010/ 2011
	€						
Imobilizado	154.826.762	149.944.080	145.764.666	141.494.148	3,26%	2,87%	3,02%
Existências	68.794	83.550	80.961	87.886	-17,66%	3,20%	-7,88%
Dívidas de terceiros	14.261.046	22.403.996	23.592.335	17.672.627	-36,35%	-5,04%	33,50%
Disponibilidades	1.011.440	1.363.935	3.075.898	1.275.821	-25,84%	-55,66%	141,09%
Acréscimos e diferimentos	3.600.380	3.545.301	3.092.638	638.308	1,55%	14,64%	384,51%
Ativo	173.768.422	177.340.863	175.606.498	161.168.790	-2,01%	0,99%	8,96%
Fundos próprios	113.974.177	114.073.712	113.931.129	110.984.936	-0,09%	0,13%	2,65%
Passivo a médio e longo prazos	8.924.349	11.283.522	13.297.955	12.625.376	-20,91%	-15,15%	5,33%
Passivo a curto prazo	4.320.308	3.284.903	3.149.028	3.595.860	31,52%	4,31%	-12,43%
Acréscimos e diferimentos	46.549.589	48.698.725	45.228.385	33.962.618	-4,41%	7,67%	33,17%
Total dos fundos próprios e do passivo	173.768.422	177.340.863	175.606.498	161.168.790	-2,01%	0,99%	8,96%



Análise da demonstração de resultados consolidada

Demonstração de resultados consolidado

Descrição	2013	2012	2011	2010	Variação 2012/2013	Variação 2011-2012	Variação 2010-2011
	€						
Custos e Perdas							
Merc. vend.e das matérias consumidas	661.411	577.517	494.932	441.290	14,53%	16,69%	12,16%
Fornecimentos e serviços externos	4.558.328	4.791.753	4.071.589	4.309.208	-4,87%	17,69%	-5,51%
Pessoal	4.799.824	4.504.115	4.624.697	5.304.369	6,57%	-2,61%	-12,81%
Transf. e subsídios correntes concedidos	1.276.241	1.156.692	1.292.839	1.224.923	10,34%	-10,53%	5,54%
Amortizações do exercício	3.210.022	3.283.392	3.098.150	3.098.890	-2,23%	5,98%	-0,02%
Provisões do exercício	0	27.514	0	0	-100,00%	0,00%	0,00%
Outros custos operacionais	89.312	107.562	61.820	56.739	-16,97%	73,99%	8,96%
Custos e perdas financeiros	131.844	214.159	235.074	132.245	-38,44%	-8,90%	77,76%
Custos e perdas extraordinários	856.106	884.157	271.300	445.150	-3,17%	225,90%	-39,05%
Total	15.583.087	15.546.861	14.150.402	15.012.814	0,23%	9,87%	-5,74%
Proveitos e Ganhos							
Vendas e prestações de serviços	3.444.686	3.557.066	3.050.934	3.309.198	-3,16%	16,59%	-7,80%
Impostos e taxas	4.940.510	5.130.186	4.567.336	4.893.784	-3,70%	12,32%	-6,67%
Proveitos suplementares	12.209	257	244	423	4650,65%	5,33%	-42,32%
Transferência e subsídios obtidos	5.111.338	4.918.696	5.161.169	5.297.483	3,92%	-4,70%	-2,57%
Outros proveitos e ganhos operacionais	227	35.531	32.614	191.199	-99,36%	8,94%	-82,94%
Proveitos ganhos financeiros	429.872	559.100	384.764	200.379	-23,11%	45,31%	92,02%
Proveitos extraordinários	1.719.196	1.458.567	1.374.348	1.266.772	17,87%	6,13%	8,49%
Total	15.658.039	15.659.403	14.571.409	15.159.238	-0,01%	7,47%	-3,88%
Resultado líquido do exercício	74.952	112.354	421.007	146.423	-33,29%	-73,31%	187,53%

30

A análise às demonstrações financeiras consolidadas assenta em informação contabilística patrimonial de cada uma das entidades do grupo, reportada aos períodos N, N-1, N-2 e N-3.

O balanço e a demonstração de resultados da entidade consolidante representaram 99,9% do balanço e da demonstração de resultados consolidado.

As variações das demonstrações financeiras consolidadas, ao longo dos anos em análise, acomodaram-se praticamente às variações do balanço do Município de S. João da Madeira.

O resultado líquido consolidado fixou-se em 74.952 euros.

Análise dos fluxos financeiros consolidados

Fluxos de caixa

Recebimentos		Pagamentos	
€		€	
Saldo transitado de 2012	175.433	Despesa paga	21.444.145
Orçamental	175.433	Orçamental	21.444.145
Receita arrecadada	21.279.727	Saldo a transitar para 2014	11.014
Orçamental	21.279.727	Orçamental	11.014

Os fluxos financeiros consolidados apresentam de forma sintética os movimentos associados aos recebimentos e aos pagamentos do exercício de 2013, os saldos consolidados transitados da gerência de 2012 e os saldos consolidados que transitaram para a gerência de 2014. As operações relativas a receitas e a despesas efetuadas entre a entidade mãe e a entidade consolidada foram eliminados reciprocamente.



Anexos às demonstrações financeiras

Introdução

Para facilitar a compreensão das demonstrações financeiras exigidas no ponto 2 do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro e na Resolução nº4/2001, de 12 de Julho, do Tribunal de Contas, foram elaborados os anexos que se seguem, constituídos pela caracterização da entidade, as notas ao balanço e à demonstração de resultados e as notas sobre o processo orçamental.

As demonstrações financeiras foram elaboradas tendo em consideração os princípios contabilísticos consagrados no POCAL, de forma a assegurar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira.

De acordo com o princípio da continuidade estabelece-se uma correspondência entre os balanços finais de 2010-2011-2012 e 2013.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL. As notas cuja numeração se encontra omissa nestes anexos, ou não são aplicáveis ao exercício de 2013 ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

31

1 – Caracterização da entidade

O mapa de caracterização do Município de S. João da Madeira faz parte dos documentos de prestação de contas apresentados autonomamente.

2- Notas ao balanço e à demonstração dos resultados

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais tem como princípio a integração de três sistemas contabilísticos, designadamente da contabilidade orçamental, da contabilidade patrimonial e da contabilidade de custos.

O sistema de contabilidade de custos, instrumento indispensável à gestão autárquica, foi implementado em 2012.

2.2 Comparabilidade

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras.

2.3 Critérios valorimétricos

A) Imobilizado

O ativo imobilizado foi valorizado nos termos do POCAL e do CIBE- Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, isto é, ao custo de aquisição ou de produção. O valor atribuído aos bens constantes do balanço inicial foi calculado segundo critérios técnicos adequados à sua natureza.



As amortizações foram calculadas segundo o método das quotas constantes e segundo as taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria nº 621/2000, de 17 de Abril.

A partir de 2011 o tempo de vida útil dos bens passou a ser contabilizado em meses (anteriormente calculado em anos) atribuindo-se, desta forma, maior rigor no cálculo das amortizações.

Os investimentos financeiros constituídos por partes de capital, foram registados pelo valor de aquisição.

B) Ativo circulante

As existências foram registadas ao custo de aquisição e adotado o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

C) Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros foram expressas pelos valores constantes dos documentos que as titulam. A rubrica de provisões para dívidas de cobrança duvidosa, foi utilizada para os encargos que podem tornar-se efetivos no futuro, em seguimento do princípio contabilístico da prudência. As provisões para riscos e encargos dizem respeito a montantes de indemnizações de processos judiciais em curso nos tribunais.

D) As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários traduzem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.

E) Os acréscimos e diferimentos serviram para reconhecer as receitas e as despesas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas, em obediência ao princípio da especialização do exercício.



2.7 Movimentos do ativo imobilizado-ativo bruto e amortizações e provisões

Os movimentos ocorridos nas diversas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e as respetivas amortizações do exercício estão plasmados nos quadros seguintes:

Ativo bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
€						
Investimentos Financeiros	972.134					972.134
Partes de capital	835.699					835.699
Outras aplicações financeiras	136.435					136.435
Imobilizações corpóreas	113.228.735		7.444.614	106.772	1.748	120.564.829
Terrenos e recursos naturais	30.119.604		48.685			30.168.289
Edifícios e outras construções	75.951.995		7.086.277	106.281	1.748	82.930.242
Equipamento básico	2.520.026		193.517			2.713.543
Equipamento de transporte	1.238.021		9.336			1.247.357
Ferramentas e utensílios	252.176		12.650			264.826
Equipamento administrativo	1.724.828		82.588	490		1.806.926
Artigos e objetos de valor	75.263					75.263
Outras imobilizações corpóreas	1.346.822		11.561			1.358.383
Imobilizações incorpóreas	1.147.359		204.725	5.977		1.346.106
Despesas de instalação	334.200					334.200
Despesas de investigação e de desenvolvimento	474.061		32.777			506.838
Propriedade industrial e outros direitos	121.210		5.977	5.977		121.210
Outras	217.887		165.971			383.858
Imobilizações em curso	8.476.527		7.131.709		7.001.235	8.607.001
Imobilizado em curso de imobilizações corpóreas	7.880.036		6.025.358		6.505.841	7.399.552
Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	182.448		98.825		142.846	138.427
Imobilizações em curso de bens de domínio público	414.044		1.007.526		352.548	1.069.022
Bens do domínio público	61.334.771		611.136			61.945.908
Terrenos e recursos naturais	18.438.837		109.833			18.548.670
Outras construções e infraestruturas	42.895.934		501.304			43.397.238
Total	185.159.526		15.392.184	112.749	7.002.983	193.435.978

33

A análise do imobilizado bruto permite avaliar com mais detalhe os aumentos e as reduções verificadas nas diversas rubricas que compõem o ativo do município.

O saldo do ativo bruto a 31 de dezembro de 2013 aumentou 4,5% (8.276.452€), face ao saldo inicial do mesmo ano.

O crescimento do imobilizado está sobretudo associado aos aumentos dos imobilizados corpóreo e em curso.

As transferências de imobilizado em curso para imobilizações corpóreas (-7.001.235€) foram compensadas pelo aumento do investimento nas imobilizações em curso, reforçando o saldo final em 130 mil euros.

Ao nível dos bens do domínio público registou-se um acréscimo de 611 mil euros relativamente ao valor no início do exercício.



Amortizações acumuladas

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
	€			
De imobilizações corpóreas	18.744.202	1.969.334	10.283	20.703.253
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	13.248.432	1.567.455	9.793	14.806.094
Equipamento básico	1.872.936	154.664		2.027.600
Equipamento de transporte	1.019.405	77.178		1.096.583
Ferramentas e utensílios	243.984	3.615		247.599
Equipamento administrativo	1.573.971	61.929	490	1.635.410
Outras imobilizações corpóreas	785.475	104.492		889.967
De imobilizações incorpóreas	908.038	206.088		1.114.127
De bens de domínio publico	15.755.105	1.222.657		16.977.762
Total	35.407.345	3.398.079	10.283	38.795.141

O saldo final das amortizações acumuladas aumentou 3,4 milhões de euros (10%) relativamente ao saldo inicial de 2013. As amortizações de imobilizações corpóreas atingiram quase 2 milhões de euros e representaram 58% das amortizações totais do exercício, sendo que as amortizações registadas na rubrica de edifícios e outras construções foram responsáveis por 80% das amortizações do imobilizado corpóreo e por 46% das amortizações totais.

2.8 Movimentos desagregados do ativo imobilizado

A desagregação do ativo imobilizado pelas rubricas de edifícios, outras construções e viaturas, integra o volume autónomo dos documentos de prestação de contas, contendo a descrição do ativo imobilizado, os valores e datas de aquisição e de reavaliação, as taxas de amortização, as amortizações do exercício e as acumuladas, as alienações, as transferências, os abates no exercício e os respetivos valores líquidos patrimoniais.

A relação dos bens imóveis abatidos faz parte do volume autónomo.

34

2.12 Imobilizações corpóreas e em curso

Imobilizações em poder de terceiros

Nº. Bem	Cedência	Objeto	Entidade	Valor Patrimonial
				€
24021	Parcela Terreno entre as Ruas Vale Vouga e Vale de Cambra	Creche/ Ludoteca	Santa Casa Misericórdia de S. João Madeira	209.880
20935	Parcela Terreno na Av. Dr. Renato Araújo	Estação serviço combustível	Shell Portuguesa, S.A	411.700
21121	Parcela Terreno na Praça 25 de Abril	Parque estacionamento	CPE - Companhia Parques Estacionamento	3.315
21127	Parcela Terreno na Av. Dr. Renato Araújo	Parque estacionamento	CPE - Companhia Parques Estacionamento	31.901
24230	Parcela Terreno na praça Júlio Dinis	Parque estacionamento	CPE - Companhia Parques Estacionamento	29.623
24362	Parcela Terreno na Av. Dr. Renato Araújo	Passagem superior	Sierra Management Portugal - Gestão Centros Comerciais, S.A	242.210
24513	Fração A sita na Rua Alão de Morais-r/c piso 0	Funções sociais	Cerci S. João Madeira	109.809
25667	Parcela Terreno	Centro incubação empresas	Sanjotec - Associação Científica e Tecnológica	711.000
25083	Edifício da Guarda Nacional Republicana	Destacamento da GNR	Estado - Guarda Nacional Republicana	333.329
25014	Polidesportivo de Fundo de Vila	Prática desportiva	Centro Cultural, Desportivo e Recreativo de Fundo de Vila	78.382

As parcelas de terrenos foram cedidas pelo Município através de contratos de cedência de direito de superfície.

As cedências das instalações à CERCI e ao Centro Cultural, Desportivo e Recreativo de Fundo de Vila, foram tituladas por contratos, em regime de comodato.



2.13 - Bens em regime de locação financeira

Movimentos	Data do contrato	Entidade financiadora	Capital contratado €	Encargos do Ano			Dívida a 1 de Janeiro €	Dívida a 31 de Dezembro €
				Amortização	Juros	Total		
				€				
Viatura Trator Carro Diane 90	16-12-2010	Barclays	17.864	5.882	145	6.027	8.923	3.041
Total			17.864	5.882	145	6.027	8.923	3.041

O capital em dívida de locação financeira, do contrato celebrado em dezembro de 2010, foi reduzido em 66%, face ao valor reconhecido no dia 1 de janeiro, em resultado das amortizações do exercício.

2.16 Entidades participadas

Designação	Identificação fiscal	Capitais Próprios	Resultado Líquido 2013	Participação do Município	
			€	%	
Águas do Douro e Paiva, S.A.	503537624	29.314.828	2.280.683	77.610	0,40%
Águas de S. João, E.M., S.A.	508326567	1.103.844	297.291	255.000	51%
Associação de Município de Terras de Santa Maria (a)	501651888	4.226.348	21.923		20%
Centro Tecnológico de Calçado	501846654	3.013.593	24.794	10.000	0,05%
ERSUC-Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	503004405	17.981.005	1.201.309	72.250	0,85%
HABITAR S. João, E.M.	506546365	265.331	2.137	250.000	100%
Município-Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	504475606	3.280.899	-1.259.227	4.990	0,15%
Sanjotec-Associação Científica e Tecnológica (b)	507745868	10.054.683	2.280	1.364.000	74%
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	504454536	77.885	-14.634	7.200	4,80%
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT, S.A (c)	504558161	200.947	-2.905	488	0,06%
PERM - Parque Empresarial de Recuperação de Materiais de Terras de Santa Maria, EIM (d)	509042201	50.818	2.943		

- a) Quota do Município estabelecida proporcional às despesas de funcionamento
b) Elementos do exercício de 2012
c) Adesão à entidade através da Área Metropolitana do Porto
d) Participação indireta-adesão através da Associação de Municípios Terras de Santa Maria

35

2.26. Contas de ordem

A descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções rececionadas e prestadas faz parte do volume de documentos de prestação de contas apresentado autonomamente.

Garantias e cauções de terceiros

Unid: euro

Designação	Saldo da gerência anterior	Devedor	Credor	Saldo para a gerência seguinte
Garantias e cauções de terceiros prestadas			269.740	
Garantias e cauções de terceiros devolvidas	4.555.040	415.492		4.409.289
Garantias e cauções de terceiros acionadas				



As contas de garantias prestadas por terceiros têm como finalidade contabilizar factos que não produzem alterações patrimoniais no património do Município, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. Estas cauções foram prestadas para garantir o cumprimento de condições contratuais relacionadas de fornecimentos de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas.

Garantias e cauções a favor de terceiros

Unid: euro

Designação	Saldo da gerência anterior	Devedor	Credor	Saldo para a gerência seguinte
Garantias e cauções a terceiros prestadas	661.433	446.500		535.949
Garantias e cauções a terceiros devolvidas			571.985	

No exercício foi prestada uma garantia bancária de 446.500,00 euros, para salvaguardar o pagamento relativo à compra de um prédio urbano sito na Rua Oliveira Júnior/ Rua da Fundição, cuja aquisição foi enquadrada no projeto Ruci-Sanjonet-Olivarenew-Oliva Torre, financiado pelo PRN ON2.

O valor referente a garantias e cauções devolvidas, corresponde ao cancelamento da garantia anteriormente referida e à redução de 125.484,66 euros da garantia bancária que instruiu o processo de expropriação judicial, no âmbito da obra de Requalificação Paisagística do Vale do Rio Ul.

2.27. Provisões

Provisões acumuladas

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
	€			
Provisões para cobranças duvidosas	3.003			3.003
Provisões para riscos e encargos	73.869		24.511	49.358

36

No exercício foram dados como findos os processos judiciais em que era autora a empresa Euroreciclagem, Tratamento de Lixos e Obras Públicas, Lda., sem que o Município fosse condenado a pagar qualquer valor, motivo que conduziu à redução das provisões para riscos prováveis a suportar pela Câmara.

2.28. Movimentos nas contas de fundos próprios

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
	€			
51 Património	105.603.584			105.603.584
56 Reservas de reavaliação	35.100			35.100
571 Reservas legais	28.279	5.574		33.853
575 Subsídios	363.217	21.143		384.360
576 Doações	178.102			178.102
577 Reservas decorrentes de transferências ativos	4.517.989			4.517.989
578 Cedência por permuta	1.320.194			1.320.194
59 Resultados transitados	1.661.948	105.907	195.327	1.572.528
Total	113.708.413	132.624	195.327	113.645.709



571-Reservas legais

De acordo com o número 2.7.3.5 do POCAL e independentemente do disposto no nº 2.7.3.4 deve a autarquia local constituir o reforço anual da conta 571 "Reservas legais", no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício, quando este for positivo e mesmo que o resultado transitado seja negativo. O aumento de 5.574,06 euros diz respeito a 5% do resultado líquido do exercício de 2012.

575 - Subsídios

No ano de 2013 os subsídios obtidos, não enquadráveis em subsídios à exploração ou ao investimento, aumentaram 21.142,54 euros.

59 - Resultados transitados

A conta 59 acolheu 105.907,16 euro (95%) do resultado líquido do exercício de 2012 e as regularizações de amortizações de bens, relativamente a anos anteriores.

2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2013	2012	Variação 2012/2013
	€		
Existências Iniciais	83.550	80.961	2.589
Compras	646.674	580.160	66.514
Regularização de existências	-20	-53	33
Existências finais	68.794	83.550	-14.757
Custos no exercício	661.411	577.517	83.893

37

Os custos das matérias-primas no fim do exercício registaram um aumento 15% face ao valor inicial, resultante da conjugação do aumento das compras (11%) e com a diminuição das existências finais (-18%). As regularizações das existências são saldadas em função do sistema de inventário permanente tendo em conta os proveitos resultantes de bónus ou os custos de quebras.



2.31 Demonstração dos resultados financeiros

Unid: euro

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	N	N-1		N	N-1
Juros suportados	100.027	178.190	Juros obtidos	31.214	63.618
Provisões para aplicações financeiras			Rendimentos de participações de capital	197.764	303.124
Outros custos e perdas financeiras	28.324	29.519	Ganhos alienação aplicações de tesouraria		
Resultados Financeiros	294.636	348.965	Outros proveitos e ganhos financeiros	194.008	189.932
Total	422.987	556.674	Total	422.987	556.674

2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

Unid: euro

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	N	N-1		N	N-1
Transferências de capital concedidas	271.825	222.832	Restituição de impostos	1	
Perdas em existências		53	Ganhos em existências	3	
Perdas em imobilizações	42.195	412.122	Ganhos imobilizações	36.989	439.091
Multas e penalidades			Benefícios penal. contratuais	30.419	32.601
Aumentos amortizações provisões			Reduções amortizações provisões	24.511	
Correções relativas a exercícios anteriores	405.700	6.123	Correções exercícios anteriores	807.436	105.163
Outros custos e perdas extraordinários	136.386	243.027	Outros prov. e ganhos extraordinários	819.837	881.711
Resultados extraordinários	863.090	574.410			
Total	1.719.196	1.458.567	Total	1.719.196	1.458.567

38

3. Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

As Modificações ao orçamento fazem parte dos anexos às notas ao processo orçamental e respetiva execução, do volume de documentos de prestação de contas, elaborados em conformidade com o estipulado no POCAL, constituídos pelas alterações e revisões realizadas à receita, à despesa e ao PPI na gerência de 2013.

3.3 – Contratação administrativa

A contratação administrativa faz parte dos anexos às demonstrações financeiras, do volume de documentos de prestação de contas e discrimina os contratos escritos celebrados com terceiros, durante a gerência de 2013 e os com execução financeira em 2013, contratados em anos anteriores. Os contratos são descritos por natureza conforme se trate de empreitadas de obras públicas, gestão de serviços públicos, prestação de serviços e aquisição de bens, identificando o valor da adjudicação, os montantes dos pagamentos efetuados na gerência e os valores dos pagamentos acumulados de exercícios anteriores.

8.3.4 - Mapa das transferências e subsídios

Constituem os anexos às demonstrações financeiras os mapas das transferências e subsídios concedidos e obtidos, constantes dos documentos de prestação de contas



8.3.6.1 Endividamento/Empréstimos

Finalidade empréstimo	Capital		Encargos do Ano			Dívida em 1 de Janeiro	Dívida em 31 de Dezembro	
	Contratado	Utilizado	Amortização	Juros	Total			
€								
Médio e longo prazo								
Caixa Geral de depósitos								
Habituação social	I	1.155.286	1.142.440	13.428	1.250	14.678	175.050	161.623
Habituação social	I	4.512.555	4.092.225	173.701	5.613	179.314	2.292.218	2.118.517
Cine Teatro	N	1.246.995	1.246.995	106.578	311	106.889	186.661	80.083
Aquisição de terrenos	N	860.002	860.002	74.768	344	75.113	187.223	112.454
Investimentos FEDER	I	879.078	879.078	111.610	3.092	114.702	507.828	396.218
Projetos de Investimento	N	900.000	900.000	113.144	2.605	115.750	628.563	515.419
PREDE	N	1.200.000	1.200.000	249.403	4.801	254.204	375.701	126.298
Millennium BCP								
Saneamento Financeiro	N	5.000.000	5.000.000	368.975	1.676	370.650	368.972	0
Banco BPI								
Escola Básica	I	766.037	732.704	88.497	11.240	99.738	607.370	518.873
BBVA								
Escola Ribeiros	I	184.480	156.172	17.352	1.824	19.177	130.144	112.791
Casa das Artes	N	1.060.787	1.060.787	117.865	12.745	130.610	913.455	795.590
Ruci-Sanjonet	N	1.083.600	1.083.600	120.400	13.365	133.765	963.200	842.800
Património Cultural	N	202.498	202.498	50.624	1.567	52.191	126.561	75.937
Barclays								
Oliva Creative Factory	N	586.378	586.378	115.349	41.467	156.817	1.386.378	1.271.029
	I	800.000	800.000					
Administrações Públicas								
PREDE	N	800.000	800.000				800.000	800.000
Total		21.237.696	20.742.879	1.721.696	101.902	1.823.598	9.649.324	7.927.631

(I), se estiver isento do limite de endividamento, (N), no caso contrário

*(I) Contratos ao abrigo das Leis: 42/98; 87-B/98; 3-B/00; 15/01; 94/01; 02/02

3.6.2 – Outras dívidas a terceiros

O mapa das outras dívidas de curto prazo e de médio e longo prazo apresenta-se desagregado segundo as rubricas do balanço e faz parte dos documentos de prestação de contas.